

Ata da 19ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Auditório Plenarinho da Assembleia Legislativa da Bahia - Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual de Saúde, no turno matutino: Ricardo Luiz Dias Mendonça - Presidente, Ângela Macêdo Magalhães, Aroldo Luiz da Silva Bacelar, Beatrix Kunz, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Edson Morais de Oliveira, Fábio Vilas-Boas Pinto, Isadora Oliveira Maia, José Pondé Júnior, José Silvano Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Júlio César Vieira Braga, Marcos Barroso de Oliveira, Moysés Longuinho Toniolo de Souza, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Walney Magno de Souza (Conselheiros Titulares). Gislene Villas Boas Torres da Silva, Ivonildo Dourado Bastos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Lázaro Figueiredo dos Santos, Lourani Maria Carneiro, Maeli Gomes de Oliveira, Maria do Carmo Brito de Morais, Maria Helena Ramos Belos, Murilo Figueredo Campos de Jesus, Raul Moreira Molina Barrios, Roberto Lima Machado, Ronaldo Ferreira Dias (Conselheiros Suplentes), e Arão Capinam de Oliveira para a reunião do CES/BA. Às catorze horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a sessão e franqueou a palavra para que os conselheiros fizessem os informes das suas entidades. O Conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário informou que naquela manhã na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – (SESAB), exatamente na Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde (SUVISA) em frente ao Iguatemi, o Comitê Técnico da Saúde do Negro do Governo do Estado esteve reunido para deliberação de algumas ações pertinentes ao ano de 2016, bem como a alguns ocorridos em 2015. De antemão já estava sendo preparado um relatório e ele já havia conversado com o Secretário, na condição desse comitê sentar com o Senhor Secretário para ver as políticas públicas na Saúde do Governo do Estado. Enfatizou que esteve em reunião citando os usuários, a questão dos acidentes que têm ocorrido e os prejuízos que o Ministério da Saúde e o Governo do Estado através das pessoas sequeladas, principalmente os motociclistas. O Departamento Estadual de Trânsito tinha essa preocupação e ele queria sinalizar a possibilidade de convidar o Conselho Estadual de Saúde à prevenção da saúde, exatamente dos motoristas. Pensava em ter essa contribuição e ajuda da nova gestão do atual governo juntamente com o Senhor Secretário. Conselheira Beatrix Kunz informou que tinha em mãos uma nota sobre um aumento nacional que estava passando para a CNBB e eram todos irmãos e irmãs. “A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB, fiel à missão evangelizadora e profética da Igreja, acompanha com apreensão e senso de corresponsabilidade a grave crise política e econômica que atinge o país e mais uma vez se manifesta sobre o atual momento nacional. Ao se pronunciar sobre questões políticas, a CNBB não adota postura político-partidária; não sugere, não apoia ou reprova nomes, mas exerce o seu serviço à sociedade à luz dos valores, e principais fundamentos da doutrina social da igreja. Desse modo procura respeitar a opção política de cada cidadão e ajusta autonomia das instituições democráticas, incentivando a participação responsável e pacífica dos cristãos leigos e leigas na política. Neste momento grave da vida do país, a CNBB levanta a sua voz para colaborar, fazendo chegar aos responsáveis o grito de dor desta nação atribulada, a fim de cessar as hostilidade e não se permitir qualquer risco e desrespeito à ordem constitucional. Nenhuma decisão seja tomada sobre o impulso da paixão política ou ideológica. Os direitos democráticos e sobretudo a defesa do bem comum do povo brasileiro devem estar acima de interesses particulares de partidos ou qualquer outras corporações. É urgente resgatar a ética na política e a paz social, através do combate à corrupção com rigor, imparcialidade, de acordo com os ditames da lei e as exigências da justiça. Para preservar e promover a democracia apelamos para o diálogo e para a serenidade. Repudiamos o recurso, a violência e a agressividade, as diferentes manifestações sobre a vida política do país, a todos exortamos com as palavras do Papa Francisco: ‘naquele que, hoje, considerais apenas um inimigo a abater, redescobri o vosso irmão e detende a vossa mão! (...) Ide ao encontro do outro com o diálogo, o perdão e a reconciliação, para construir a justiça, a confiança e a esperança ao vosso redor’ (Mensagem para a Celebração do XLVII Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 2014). Confiamos o Brasil ao senhor da vida e da história pedindo sabedoria para os governantes e paz para o nosso povo. Imaculada Conceição, vosso olhar a nós volveis, vossos filhos protegeis (Brasília, 08 de dezembro de 2015). A Conselheira Maria do Carmo Brito de Morais informou que o Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia havia se reunido nos dias 18 e 19 de dezembro de 2015 para fazer uma avaliação do planejamento, o balancete do sindicato, discutir as questões jurídicas que o sindicato tem participado, bem como a respeito da consulta pública. Informou ainda que o Conselho Nacional de Enfermagem estava fazendo a avaliação sobre a lei 5.095, que era a lei que criava os conselhos. Estava havendo uma mudança na estrutura da lei, isso era fundamental e às vezes preocupante, por isso foi feita toda uma discussão. Ressaltou que as questões jurídicas de enfermagem que o sindicato tem assumido na defesa dos trabalhadores foram bastante positivas no ano de 2015. Apesar de toda a dificuldade, crise política e financeira, o Conselho do

60 Sindicato dos Enfermeiros tem conseguido algumas vitórias para os trabalhadores, envolvendo a questão  
61 trabalhista. Vários agendamentos de ação civil pública; apresentou as cautelares contra o Hospital São  
62 Rafael relacionados aos trabalhadores dos municípios de Porto Seguro e Alagoinhas; o acompanhamento  
63 das reclamações da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, do Hospital da Bahia, Jaar Andrade, Cárdio  
64 Pulmonar, a Fundação José Silveira, Martagão Gesteira, Hospital Aristides Maltez, a Clínica Santa  
65 Helena em Camaçari, visando o recebimento do adicional noturno após às cinco horas. A perspectiva para  
66 2016, apesar das dificuldades, mas com a certeza e empenho do sindicato, era que os direitos trabalhistas  
67 relacionados aos trabalhadores de enfermagem fossem garantidos. Comunicou que além da discussão dos  
68 direitos trabalhistas, se discutiu também a questão do cotidiano da prática de enfermagem e a importância  
69 da aproximação da formação do enfermeiro, que era bastante preocupante também. Desejou que o CES  
70 em 2016 mesmo com as lutas e dificuldades tivesse a coragem de assumir o que pretendia, com  
71 responsabilidade. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que havia vencido a  
72 eleição do Sindicato, onde mais uma vez a categoria havia referendado o grupo onde estava inserida,  
73 como um grupo que conduzia bem as lutas daquele sindicato. Informou ainda que estava retornando de  
74 Brasília, muito satisfeita, porque tiveram mais de cinco mil pessoas na Conferência Nacional, numa  
75 manifestação pública extraordinária em defesa da democracia e em defesa do mandato da Presidente  
76 Dilma Rousseff. Colocou que 2015 foi um ano muito difícil para todos, mas estavam chegando ao fim do  
77 ano melhorando um pouco algumas questões, como exemplo, os movimentos sociais que estavam  
78 voltando para o lugar de onde nunca deveriam ter saído que eram as ruas. Disse que todos os movimentos  
79 sindicais, as centrais sindicais, movimentos sociais, populares, a Frente Brasil Popular, a Frente Brasil  
80 Sem Medo estavam permanentemente mobilizados em defesa do mandato da Presidente Dilma. “Não  
81 consideramos o impeachment como um golpe à democracia e essa mobilização faz do meu informe, um  
82 informe orgulhoso e alvissareiro.” Comentou que a Tenda Maria Felipa da Bahia havia lhe deixado  
83 orgulhosa devido ao seu sucesso. “Perdoe-me os organizadores da Conferência Nacional, mas a nossa  
84 aqui foi bem melhor!” Disse que havia feito um agradecimento a todos na reunião passada, mas queria  
85 agradecer de público a todos que estiveram ali dando um belo exercício de democracia, e mais  
86 importante: mostrando que a Bahia conseguia chegar numa Conferência daquele tipo com uma maneira  
87 diferente de fazer participação popular. Solicitou uma pauta para o mês de janeiro, do pessoal de práticas  
88 integrativas que estiveram juntos nessa manifestação, e também uma grande oficina desse grupo de  
89 trabalho que considerava valoroso que junto com os movimentos sociais na Tenda fizeram a diferença da  
90 Conferência. Portanto, queria pautar esse tema para os conselheiros e conselheiras. Declarou que o Brasil  
91 inteiro estava contrário à saída de Dr. Tykanori, Secretário do Ministério da Saúde, de Saúde Mental.  
92 Disse que o referido doutor era uma pessoa extraordinária com um grande trabalho a nível nacional em  
93 favor da saúde mental. Era fervoroso na luta antimanicomial, foi retirado de uma forma intempestiva e o  
94 Brasil inteiro estava protestando e pedindo a volta do Dr. Tykanori, que foi substituído por uma pessoa  
95 que era diretor de um manicômio no Rio de Janeiro com uma história exatamente contrária a do Dr  
96 Titanore, uma pessoa que apostava ainda naquele modelo de saúde mental, onde as pessoas eram  
97 colocadas como reféns, torturadas, medicalizadas, vivendo como zumbis. “Está aqui então o nosso  
98 protesto e pedido, pois é desse tipo de gestor que estamos precisando nesse país.” O Conselheiro José  
99 Silvino Gonçalves dos Santos comentou sobre a situação das cirurgias eletivas, diante do quadro de  
100 violência que o estado enfrentava, quer seja na questão dos acidentes de trânsito, violência doméstica ou  
101 violência cotidiana. Essas cirurgias eletivas tinham sido retardadas ou até demarcadas devido à  
102 superlotação dos hospitais, fruto das violências. Ocorria que o Estado estava focado na questão do  
103 tratamento dessas pessoas e não tinha criado alternativas para as pessoas que precisavam de uma cirurgia  
104 ou procedimento mais delicado para tocar sua vida. Era uma questão que precisava ser entendida, até  
105 porque, muitas cirurgias ditas eletivas requeriam um caráter de urgência, até porque muitos não poderiam  
106 esperar muito tempo para realizar uma cirurgia. Era sabido sobre a superlotação dos hospitais, fruto da  
107 violência, e o próprio Ministério da Saúde investia 12 bilhões de reais para fazer esse enfrentamento à  
108 violência dentro dos hospitais. 54 mil pessoas morriam e estava no momento do conselho se posicionar,  
109 elaborar uma campanha educativa com o objetivo de contribuir também para a redução dessa violência.  
110 Informou ainda que o Hospital de Custódia e Tratamento (HCT) continuava no mesmo impasse,  
111 precisando de uma resposta na área da saúde, uma vez que o HCT era saúde, não tinha outra finalidade  
112 quando se colocava o cidadão naquele hospital. A finalidade era tratar as pessoas e tratamento só se fazia  
113 voltado para a saúde. Seria preciso dar um encaminhamento àquilo e o reflexo se dava no próprio  
114 presídio, onde se tinha celas isoladas para as pessoas com AIDS e tuberculose na mesma cela, não tinha  
115 um diferencial. Imaginassem um acúmulo de pessoas com tuberculose, AIDS e outros agravos à saúde,  
116 juntos em um ambiente limitado, que não favorecia em nada na melhoria da qualidade de vida deles.  
117 Comentou que no dia 11 de dezembro houve uma celebração no referido hospital e uma visita a essa cela,  
118 chamada G1 e lá havia se deparado com pessoas escarrando sangue, e o coquetel não estava chegando  
119 como deveria, sofrendo constantes atrasos. Solicitou um olhar nesse sentido e desejou boas festas a todos.

120 O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos comentou que a população estava atravessando um  
121 momento complicado referente à questão da Dengue, Zika e Chikungunya, mas até aquele momento não  
122 havia visto participantes atuantes, como os agentes de saúde do Estado nas reuniões, onde estava se  
123 discutindo essa epidemia no estado da Bahia e esses atores ainda não haviam sido convidados àquela  
124 discussão. Era uma preocupação, pois quem estava na ponta vivendo aquilo eram os agentes de saúde que  
125 estavam nas comunidades e tinha essa inquietação de estar buscando esses atores para esses debates, para  
126 que dissessem o que estava acontecendo nas comunidades baianas. O Senhor Vice-Presidente convidou o  
127 Conselheiro Lázaro Figueiredo para integrar o Centro de Operações de Emergências de Saúde, instalado  
128 no Tecnocentro, com funcionamento durante todo o dia no 4º andar da SESAB. Disse que comunicaria à  
129 coordenadora, Dra. Cida, e a partir do dia seguinte o conselheiro poderia se apresentar lá e participar da  
130 elaboração de todos os planos. Às catorze horas e quarenta e quatro minutos, a Conselheira Isadora  
131 Oliveira Maia informou a constituição do quorum e convidou o Sr. MOYSÉS LONGUINHO TONIOLO  
132 DE SOUZA para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante suplente,  
133 do Fórum de Entidades de Patologias, através da RNP + Brasil – Rede Nacional de Pessoas Vivendo com  
134 HIV/AIDS, em substituição a ÂNGELA MARQUES ROSA REIS, e o Sr. AROLDO LUIZ DA SILVA  
135 BACELAR para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante titular do  
136 Ministério da Saúde em substituição a DÉBORAH DOURADO LOPES. O Senhor Vice-Presidente  
137 convidou a Sra. Joana Molesini para que apresentasse as alterações do SISPACTO. A Sra. Joana Molesini  
138 explicou que não havia feito apresentação por conta de já haver feito na reunião passada, porém, só havia  
139 incorporado a solicitação dos senhores conselheiros. Aqueles que tinham conseguido um valor no ano de  
140 2014 foi mantido para 2015 e eram aqueles que estavam em negrito. “Atendemos a solicitação dos  
141 senhores, que não diminuíssemos o indicador, mas que mantivéssemos o mesmo alcançado em 2014. E os  
142 indicadores que estavam menores eram assim mesmo, como número de mortes femininas e razão de  
143 exodontia, os outros atendemos a solicitação dos senhores. Está aí nas mãos dos senhores, não fiz  
144 apresentação para não repetir, porque os indicadores são os mesmos.” O Senhor Vice Presidente  
145 perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou comentário em relação às alterações incorporadas pela Dra.  
146 Joana Molesini. A Conselheira Isadora Oliveira Maia informou que havia uma comissão para discutir a  
147 Lei Orçamentária Anual – LOA e precisava das pessoas que estavam, não somente na comissão, como  
148 aquelas que haviam solicitado o retorno do ponto de pauta sobre o SISPACTO. O Senhor Presidente  
149 justificou o seu atraso e informou que houve uma reunião na sexta-feira pela manhã referente o  
150 SISPACTO, onde foi colocado todo o anseio do CES com relação aos números apresentados. Disse que  
151 havia participado dessa conversa junto com o Conselheiro Marcos Antônio, a Conselheira Stela do  
152 COSEMS, o Conselheiro Ivonildo e os técnicos da SESAB para discutir a questão dos números do  
153 SISPACTO. Ficou acordado que a partir do ano de 2016, o CES teria uma efetividade maior no  
154 acompanhamento desses números junto aos municípios, principalmente na questão do monitoramento;  
155 ficou também acordada a construção de uma nota técnica em conjunto com o COSEMS, para um  
156 assessoramento aos municípios na questão dos números que poderiam ser iguais ou superiores. Claro que  
157 havia números que queriam que diminuíssem, como era o caso da incidência de Dengue, Zika e  
158 Chikungunya, mortalidade infantil e questão de óbito, outros, queriam que se mantivesse e fossem  
159 superiores. Colocou que a Conselheira Stela havia se comprometido a dialogar com o Ministério da  
160 Saúde, porquanto era pactuado lá, e se discutir mais abertamente essa questão dos números. “Viu Joana?  
161 O que já tínhamos conversado lá em dezembro do ano passado, que era a questão dos números que não  
162 condiz muito com a nossa realidade muitas vezes. Acertamos isso, soltar uma resolução e uma nota  
163 técnica. Esse foi o nosso trato lá, isso que a comissão discutiu com relação ao SISPACTO. Queria passar  
164 para Raul que não participou da reunião, mas sei que está aqui representando Stela, como vice-presidente  
165 do COSEMS.” A Conselheira Isadora Oliveira Maia informou que o Conselheiro Júlio havia pedido a  
166 fala. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga colocou que não havia visto a apresentação, era um assunto  
167 que não estava completamente inteirado sobre os indicadores do SISPACTO, qual a possibilidade de  
168 mudá-los. Um desses havia chamado a atenção, inclusive no Relatório de Gestão de 2014. Primeiro item:  
169 cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica. Disse que na Atenção Básica e nas  
170 consultas médicas da Atenção Básica, no Relatório de Gestão de 2014 havia feito a ressalva, não sabia o  
171 que foi feito com isso, se foi aprovada, uma vez que não havia participado da última reunião, mas foi  
172 gritante o que aconteceu com a Assistência Médica em Atenção Básica com todo o dinheiro gasto em  
173 milhões de propagandas e contratações de médicos para o Programa Mais Médicos na Bahia, e números  
174 de consulta na Atenção Básica em 2014 os conselheiros ali sabiam o que havia acontecido. Quanto  
175 aumentou com o estado que mais teve médicos do Programa Mais Médicos no Brasil? Quando aumentou  
176 a assistência em consultas com Atenção Básica? O número de consultas havia caído em 2%. Ressaltou  
177 que o estimado no Relatório de Gestão de 2014 era um aumento de milhões no número de consultas, mas,  
178 não havia aumentado em nada, pelo contrário, havia diminuído. Entretanto, aquele indicador não era  
179 confiável. O gestor chegava, dizia que tinha uma cobertura de 100% no município, mas o número de

180 consultas havia caído, como poderia isso? Pensava que essa cobertura populacional estimada deveria ser  
181 substituída por um valor mais objetivo, e o item 01 deveria ser um valor mais objetivo. “Para mim foi um  
182 resultado vergonhoso, tanto dinheiro gasto é um absurdo, em 2015 os dados não estão fechados, vão  
183 concretizar, mas, pelo que vejo está indo pelo mesmo caminho. Milhões de reais gastos e nada de  
184 aumento na assistência e consulta médica em Atenção Básica. A Sra. Joana Molesini explicou que  
185 aqueles indicadores eram nacionais, decididos no Conselho Nacional de Saúde, indo para a Tripartite que  
186 colocava esses indicadores para o Brasil inteiro. “Não temos governabilidade de mudar um indicador. O  
187 indicador dessa cobertura para a Atenção Básica é feita com o número de horas médicas sobre população.  
188 Assim é o indicador e não temos como mudar.” Reiterou que estava encerrando a série do Plano Nacional  
189 que estava se acabando e começaria outro em 2016. Estava com o indicador SISPACTO, 2013, 2014,  
190 2015, não haveria em 2016, e haveria a série 2017, 2018, 2019. Até sugeriu que o CES fizesse movimento  
191 junto ao Conselho Nacional, uma vez que era este que decidia os indicadores. O Conselheiro Raul  
192 Moreira Molina Barrios comentou que o COSEMS tinha firmado o compromisso de acompanhar o  
193 SISPACTO e o grande problema ainda era o Sistema de Informação. O Ministério da Saúde todos os dias  
194 colocava um sistema e nenhum falava com o outro, todos eram surdos e mudos. “isso não tem sido  
195 somente aqui, tem sido no Conselho Nacional também, os conselheiros colocando e em todos os locais.  
196 Tem algumas coisas que ressaltam à luz do que você colocou aqui com relação à Atenção Básica. É  
197 preciso que façamos um resumo histórico, pois nos últimos anos avançamos muito na Atenção Básica,  
198 saímos com coberturas maiores. Em compensação, o que foi pactuado, e pudemos colocar claramente  
199 isso, do número de consultas, as equipes multidisciplinares têm funcionado mais, até porque,  
200 filosoficamente era aquilo que queríamos que acontecesse há algum tempo, mas quando você vai, e aí  
201 tenho que honrar as palavras de Sílvia, no outro dia colocaram aqui, inclusive uma justificativa do  
202 SISPACTO, do que temos com relação à Vigilância. Todos têm que fazer o papel para todos.” Disse que  
203 não seria possível fazer Vigilância em Saúde da forma como estava sendo colocada ali, da forma que  
204 estava vindo. Citou como exemplo a tríplice epidemia, destacando que era do município de Sapeaçu,  
205 neste havia 19 agentes de endemias e pela nova portaria do Ministério da Saúde teria que haver 03. A  
206 Vigilância em Saúde, o que os sanitaristas vinha colocando há algum tempo, de que aquilo teria que ser  
207 feita de forma mais carinhosa, mais representativa, inclusive estava cada vez sendo mais alongado, uma  
208 vez que era na Vigilância que todas as coisas tinham sido feitas de forma contrária. Estava dizendo isso,  
209 porque estava colocando que a tríplice epidemia não iria avançar, mas, dali a pouco se veriam números  
210 terríveis. “Não podemos colocar enquanto gestores aqui, a nossa satisfação também com isso. E aqui  
211 quero dizer por que estamos pactuando o que é possível, Joana, isso é possível que coloquemos para  
212 vocês. “Com o desfinanciamento que temos, a equiparação que temos, com a saída, vou dizer uma coisa:  
213 tem que honrar aqui”. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou que sua questão ali era  
214 morte evitável, idade fértil, a questão da morte materna. Via-se que a pactuação era 100% e o alcançado  
215 era um pouco mais de 50%. Ou seja, as mulheres têm morrido, mas não tem havido uma investigação na  
216 mesma proporção, para saber as causas dessas mortes, a fim de serem tomadas as providências  
217 necessárias para que as mulheres não continuassem vindo a óbito. Tinha a questão da investigação da  
218 morte materna e proporção de óbitos em mulheres em idade fértil que não foram alcançados. Eram vidas  
219 que estavam em jogo, e que não teve a devida atenção, para que no futuro essas mortes fossem evitadas.  
220 Era penoso ver mulheres que poderiam estar vivas, mas estavam mortas, por conta de não haver uma  
221 investigação adequada suficiente com o objetivo de evitar essa situação. “O secretário poderia dizer por  
222 que não alcançou aquilo que foi pactuado e por que não foi dada a importância necessária. Qual a  
223 dificuldade encontrada para que isso não fosse atingido?” Disse que havia as subnotificações que não  
224 poderiam deixar de ser consideradas. Pessoas estavam perdendo suas vidas, e as mulheres vinha  
225 contribuindo de maneira muito efetiva para a qualidade de vida e condições de vida que o ser humano  
226 precisava, por isso deveriam ganhar mais atenção. Necessitavam de mais atenção por se tratar de pessoas  
227 que geravam vidas; conduziam casas, famílias, instituições, e estava até na presidência do país. Mulheres  
228 guerreiras que conquistaram os seus espaços, não porque o homem facilitou. Pelo contrário, o homem  
229 sempre dificultou o avanço das mulheres, mas ao longo elas têm conquistado os seus espaços. O  
230 Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva justificou o seu atraso alegando que a partir do momento  
231 em que o governador havia encaminhado projetos prejudicando os trabalhadores, que ficava  
232 constantemente fazendo vigília na Assembleia Legislativa, e havia saído deste local naquele momento.  
233 Informou que a última votação havia sido vergonhosa, o comportamento dos deputados da base  
234 governista, principalmente aqueles que tinham história dentro do movimento dos trabalhadores. A  
235 Assembleia Legislativa havia se transformado em um anexo da governadoria. Agradeceu ao Conselheiro  
236 Raul Molina por ter lhe citado por conta de uma declaração passada, mas insistiria. Não questionaria os  
237 dados nem os indicadores, até porque não era um estudioso nesse assunto, porém, sabia que esses  
238 indicadores eram em nível nacional, o que foi repetido ali diversas vezes, a fim de ver quais caminhos  
239 deveriam ser tomados. Reiterou que se as práticas não fossem mudadas para desenvolver aqueles

240 indicadores, não cumpriram metas, indicadores, nem avançariam, pois as práticas não contemplavam os  
241 indicadores postos. Citou como exemplo, a Vigilância à Saúde e outros exemplos que não repetiria. O  
242 Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza declarou que havia gostado da fala do Conselheiro  
243 Molina com relação à vigilância que era importante, mas saúde não se fazia somente com vigilância nem  
244 jogando para a vigilância toda a responsabilidade, porque, saúde se fazia muito mais com investimento  
245 em saúde para além de vigilar. Não adianta somente ficar observando e olhando as coisas acontecerem,  
246 porque a Dengue, Zica e Chikungunya estavam mostrando o que acontecia quando não se tomava  
247 providências. Para as pessoas de movimentos que lidavam com a DST/AIDS e hepatites virais,  
248 principalmente dentro das patologias, interessava muito que os itens 37 e 42 que envolviam  
249 especificamente: tuberculose, o diagnóstico de HIV relacionado com tuberculose, porque isso deveria  
250 acontecer, era coisa padronizada, principalmente a questão do número de casos de AIDS aos menores de  
251 05 anos. “Isso é o que temos hoje para cuidar de AIDS, como se AIDS fosse somente isso, e não é.” Disse  
252 que no mês de dezembro, pauta sobre AIDS sequer tinha passado no conselho. Em 2014 quando havia  
253 saído do conselho havia uma pauta que era tratada a situação da AIDS no estado da Bahia, e que havia  
254 sumido da pauta do conselho. A pauta do conselho em 2014 para a AIDS foi somente a apresentação do  
255 que seria o plano, um plano que deveria ser apresentado no início do ano, mas foi apresentado em  
256 setembro ou outubro. “Para vocês notarem como nossos planos estão atrasados. Não sabemos o que fazer  
257 sobre alguma atenção específica em saúde, a não ser no final do ano quando deveríamos pactuar, antes  
258 que comece o exercício fiscal de qualquer coisa.” Informou que havia dados para a AIDS, que gostaria  
259 que o estado da Bahia, muito mais do que analisar o que pactuou, fizesse um esforço de investimento em  
260 saúde, para que fosse ignorado ainda mais aquilo que tivesse que reduzir, e aumentasse ainda mais aquilo  
261 que fosse preciso fazer para que não acontecesse a AIDS, hepatites virais, tuberculose e outros agravos de  
262 saúde. Ressaltou que uma coisa eram os dados, outra coisa é, pactuado e outra coisa era o que poderia se  
263 fazer para, além disso. Como seria adotada uma atitude enquanto saúde pública no estado da Bahia, e se  
264 referia especificamente à SESAB e tudo que era pactuado no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite  
265 – CIB, para que a Bahia ultrapassasse as suas metas. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes  
266 comentou que saúde e educação estavam intimamente ligadas. Havia uma relação tão estreita, para que a  
267 pessoa pudesse se auto cuidar, e nesse caso, para que se pudessem vencer as epidemias, não era somente a  
268 questão do investimento, você poderia investir, falar, mas, se a pessoa não tivesse vontade, não soubesse e  
269 não desse valor àquilo, não iria mudar. Seria preciso que saúde e educação sentassem juntos, a fim de ser  
270 discutido aquilo que realmente se queria para a população, para o povo brasileiro. Se isso não fosse feito  
271 haveria um desperdício imenso de dinheiro. Não se tratava somente de investimento ou vigilância, mas,  
272 essas duas coisas precisavam de educação e um olhar também associado às pessoas que trabalhavam com  
273 a questão da vigilância. Educação e saúde precisavam conversar para mudar as atitudes das pessoas. Uma  
274 atitude diante da vida, diante de uma responsabilidade com cada um de nós. “Eu só sou eu porque somos  
275 nós, porque se nenhum de nós tiver responsabilidade com o outro, não adianta investir.” Colocou que os  
276 conselhos municipais não funcionavam como deveria, não existia, então, seria preciso mais atenção e  
277 cobrança do CES. “Toda atitude depende da vontade. Sem vontade ninguém vai a lugar algum, e para que  
278 as metas aconteçam, para que sejam cumpridas, depende da vontade e da atitude das pessoas. Estamos  
279 passando problemas seríssimos, as pessoas estão morrendo, o adoecimento é muito grande e não  
280 discutimos agronegócio, a questão da água, do meio ambiente como ponto central.” A Conselheira  
281 Isadora Oliveira Maia informou que o ponto do SISPACTO havia sido bastante discutido, inclusive na  
282 última reunião do CES, e só estava tentando dar um encaminhamento ali. A Conselheira Célia Maria  
283 Alexandria de Oliveira solicitou que os conselheiros e as conselheiras observassem as tabelas e os  
284 indicadores. Sendo em nível nacional se preocupava mais ainda, principalmente com o novo secretário de  
285 saúde mental recém-empossado. “Pelo amor de Deus, não faça esse indicador virar zero, ele acabe com os  
286 CAPS e retorne todos ao manicômio, que é onde ele gosta de atuar.” Ressaltou a cobertura de centros de  
287 atenção psicossocial de 1,05, salientando que nessa tabela o que havia de mais ínfimo. O Mobiliza RAPS,  
288 movimento em defesa da atenção psicossocial estava há quatro anos dentro do CES chamando a atenção  
289 para a invisibilidade da saúde mental. Enquanto o número de pessoas com transtorno mental aumentava  
290 de forma assustadora em todas as classes sociais, o índice de cobertura era ínfimo. Informou que estava  
291 havendo uma parceria do pessoal das práticas integrativas com o pessoal da saúde mental. O grupo que  
292 fazia essas práticas no Hospital Universitário Professor Edgar Santos – HUPES havia feito uma parceria  
293 com um dos CAPS, onde estava dando o acolhimento às pessoas da saúde mental. Na Bahia já havia esse  
294 avanço, essa parceria da maior importância, e torcia para que esse indicador aumentasse e que fosse o  
295 “lanterninha” da tabela. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos declarou sua preocupação quando  
296 se colocava ali a questão do percentual dos municípios executados, das ações de vigilância sanitária,  
297 consideradas necessárias a todos os municípios. Informou que tinha visitado os municípios do estado da  
298 Bahia e ouvido as reclamações, principalmente dos trabalhadores, sobre as condições de trabalho.  
299 “Estamos tentando, como foi dito agora pela nossa companheira e por Moysés, não fazer saúde se não

300 fizer primeiro educação. E estamos necessitando de que essas lutas contra as doenças que aí se abatem, é  
301 estarmos em parceria com a sociedade. Se não travarmos uma parceria com as comunidades, nada de  
302 planejamento. Para combater a doença que está aí não dará certo. Estaremos com a comunidade ou vamos  
303 perder essa queda de braço.” Disse que seria preciso uma preocupação com a educação. Quando  
304 comentado no auditório de que haveria a questão das cartilhas nas escolas para a questão da dengue, não  
305 sabia como seria inserido na grade curricular para os estudantes. Mas, era preocupante e teria que estar  
306 nas escolas, pois os seus filhos lá estavam. Demonstrou sua preocupação também sobre a proporção da  
307 vacinação canina, porquanto o estado da Bahia falava tanto da questão da vacinação, que estava à frente,  
308 mas, estava vendo também a ausência da vacina. Preocupava-se também com a dengue, que mais tarde  
309 poderia ser a raiva, pois não estava longe. Seria um efeito dominó, saía um e entrava outro. Seria preciso  
310 uma vigilância diante dessa situação, e quem trabalhava com isso estava preocupado também com a  
311 questão canina. Destacou que a hanseníase também era outra preocupação dentro do estado, e nas  
312 periferias, onde não se tinha saneamento básico, estava se vendo cada vez o crescimento da doença, a  
313 falta de apoio a esses pacientes que tiveram seus benefícios retirados no seu tratamento, bem como da  
314 tuberculose, e estava vendo a questão crescer. Doenças que foram erradicadas estavam retornando por  
315 uma saúde ainda com a atenção maior. Portanto, seria preciso um investimento na atenção básica, para  
316 que fosse evitado um mal maior. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto comentou que a proporção de  
317 óbitos de mulheres em idade fértil investigada era baixo, conforme diversos indicadores da atenção à  
318 saúde, tanto básica quanto especializada. Corroborando com a fala dos Conselheiros Lázaro e Moysés,  
319 ressaltou que era uma vergonha para um país como o Brasil e a Bahia em particular, ter indicadores em  
320 saúde que incluíam números elevados de sífilis congênita, hanseníase, transmissão materno-infantil de  
321 HIV; ver retornar ao país algo que havia sido eliminado no início do século XX, quando não existia  
322 tecnologia. O país por 25 anos viu o mosquito ser reintroduzido, bem como a dengue e outros vírus, e  
323 ficou com a mesma estratégia de 100 anos atrás, de virar lata, pneu velho e esvaziar vasos de plantas.  
324 Seria preciso que a inteligência nacional, a sociedade científica, e estava conversando com pessoas da  
325 Academia Nacional de Ciências da Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências, Academia  
326 Nacional de Medicina, conclamando a eles, pois haveria uma reunião no início de janeiro com o Ministro  
327 da Ciência e Tecnologia, Ministro da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde –  
328 CONASEMS, em que seria colocada a inteligência do país a serviço desse problema que estava sendo  
329 vivido. Não tinha cabimento um país com essa dimensão, uma enorme capacidade, bons cérebros e  
330 recursos tecnológicos, ser derrotado por um mosquito. Várias estratégias precisavam ser lançadas com  
331 relação às arboviroses. Com relação às doenças que lhe envergonhava como brasileiro havia solicitado à  
332 secretaria que fosse traçado um plano para exterminá-las. Informou que havia dito ao diretor da atenção  
333 básica, Cristiano, que não queria reduzir a incidência de sífilis congênita, mas queria acabar, pois não  
334 tinha cabimento um país com esse grau, embora pequeno, de cobertura da atenção básica, com  
335 possibilidade de fazer diagnóstico à beira do leito, no posto de saúde, teste rápido para sífilis, diagnosticar  
336 e tratar a gestante no mesmo momento. Nada de papel filtro para mandar ao Laboratório Central,  
337 devolver, Deus sabe quanto tempo depois, e tratar. Comunicou que havia um projeto que seria lançado no  
338 início de janeiro, para virtualmente eliminar a sífilis congênita no estado da Bahia. Pediu ao subsecretário  
339 Badaró, para que visse como se conseguia aumentar o número de hanseníase tratada para números  
340 aceitáveis e não números vergonhosos, e todas as outras doenças, como números de HIV investigados em  
341 pacientes com tuberculoses. Todos eram indicadores com condições de serem alcançados, porque não  
342 dependia de investimentos tecnológicos nem investimentos em muitos recursos, mas dependia  
343 basicamente de investimentos em capacitação, recursos humanos e na estruturação da rede. Informou  
344 ainda que há duas semanas esteve participando de uma reunião com a presidente da República, com todos  
345 os governadores, secretários de saúde, e havia sido entregue ao Ministério da Saúde uma carta com três  
346 páginas solicitando à presidente, ao ministro, que se preocupassem com o problema da legislação em que  
347 havia mudado o número de agentes comunitários e agentes de endemias por número de imóveis. Isso  
348 tinha impactado em uma redução em alguns municípios, de 70% no número de agentes. Somente em  
349 Salvador reduziria de dois mil para mil e vinte. Também havia uma redução de financiamento. Havia  
350 entregue uma carta solicitando que o Ministério da Saúde assumisse, mudasse a lei, revisse, retirasse do  
351 cálculo do limite prudencial, emergencialmente durante dois meses o número de funcionários agentes de  
352 endemias e agentes comunitários, para que os municípios conseguissem pagar, e havia solicitado também  
353 que eles assumissem a integralidade do pagamento, repassassem para os municípios, não apenas 50%,  
354 mas que pagasse integralmente o piso para todos os municípios durante 01 ano. O pleito foi recebido,  
355 encaminhado, e a primeira demanda de retorno que já teve foi uma sugestão, uma indicação de que a lei  
356 seria mudada para que voltasse ao número anterior. Disse que teve também uma sinalização de que  
357 poderia ampliar as ações dos agentes comunitários, não dos agentes de endemias, havia uma minuta de  
358 portaria do Ministério da Saúde que deveria ter sido publicada sexta-feira, no Diário Oficial da União, em  
359 que ampliava significativamente o poder e as atribuições dos agentes comunitários, que teria o poder

360 muito maior de ação se integrando mais com os agentes de endemias. Declarou a sua preocupação com  
361 esses números, salientando que estava trabalhando para que pudesse ter rapidamente uma redução desses  
362 indicadores. O Senhor Presidente comentou que havia discutido bastante esses números na sexta-feira, e  
363 havia tirado algumas propostas que estaria levando ao pleno. Primeiro, a formação de uma comissão de  
364 quatro pessoas, sendo que uma dessas pessoas havia se colocado à disposição para ajudar a elaborar nota  
365 técnica, que é a Sra. Stela, presidente do COSEMS, faltando, portanto, um trabalhador e dois usuários.  
366 Perguntou quem se colocava à disposição. Os conselheiros Jorge Geraldo e Silvino no segmento de  
367 usuários e o Conselheiro Sílvio no segmento de trabalhadores. Reiterou que a comissão iria ajudar junto  
368 com o COSEMS a elaborar uma nota técnica para auxiliar os municípios; fazer um documento para que o  
369 Ministério da Saúde revisse a situação dos indicadores, pois era pactuado em nível nacional; e  
370 acompanhar o ano de 2016 os municípios para dar um suporte a essa discussão, para que se conseguisse  
371 ter números palpáveis e tentassem corrigir o mais rápido possível esses indicadores. O Conselheiro José  
372 Silvino Gonçalves dos Santos colocou que a comissão formada por quatro membros era suficiente, mas,  
373 ele e o Conselheiro Jorge Geraldo não tinham somente essa atribuição de conselheiro. Sugeriu que fossem  
374 eleitos dois suplentes para que em uma eventualidade, quando o trabalhador ou gestor não pudessem estar  
375 presentes o suplente pudesse se fazer presente e os trabalhos não ficariam prejudicados. O Senhor  
376 Presidente informou que o Conselheiro Lázaro seria o suplente do Conselheiro Sílvio; e ele seria o  
377 suplente do segmento de usuários. O Conselheiro Aroldo Luiz da Silva Bacelar informou ser médico do  
378 Ministério da Saúde, tendo se formado há 41 anos e estando há 38 anos trabalhava no Sistema Único de  
379 Saúde (SUS), com pacientes no Hospital Ana Nery. Portanto, participar do CES para ele era um dever,  
380 pois como médico conhecia exatamente o que os pacientes passavam, e estava ali para colaborar de forma  
381 positiva para que todos os secretários conseguissem cada vez mais melhorar a saúde da Bahia. Não estava  
382 ali por partido político nem por outra condição. Seu partido era o Conselho Regional de Medicina, a  
383 Associação Brasileira de Medicina (ABM), seus pacientes e a Sociedade de Neurologia da Bahia. Porém,  
384 queria entender essa comissão e quais os critérios que ela teria para avaliar esse processo. “Só isso,  
385 porque estou entrando hoje no conselho e queria ter ideia dos postulados desses critérios, e como essa  
386 comissão foi elaborada, escolhida, quais são as competências.” O Senhor Presidente deu boas vindas ao  
387 Conselheiro Haroldo, e esperava que o mesmo viesse a contribuir, pela sua experiência no Hospital Ana  
388 Nery, principalmente nas áreas médica e de urologia. Informou que as comissões eram paritárias. O  
389 conselho de saúde é formado por 50% de representantes usuários, 25% de trabalhadores em saúde e 25%  
390 de gestores/prestadores. O Conselheiro Aroldo representava os 25% de gestor/prestador, pois estava  
391 representando o Ministério da Saúde. No caso do critério de escolha, era passado para o pleno e as  
392 pessoas se colocavam a participar da comissão espontaneamente. Claro que o Conselheiro Silvino havia  
393 colocado ali uma preocupação de fazer uma comissão de quatro pessoas e às vezes não ter quórum para  
394 funcionamento. Então, estavam sendo colocados mais quatro suplentes para que essa comissão  
395 funcionasse. Essa que teria o poder de acompanhar durante todo o ano de 2016 elaborando um documento  
396 norteador para os municípios, com referência aos índices apresentados no pleno, e saber por que esses  
397 municípios não estavam alcançando esses índices; fazer uma conversa junto ao Conselho Estadual de  
398 Saúde e COSEMS para tentar rever essas pactuações em nível nacional junto ao Conselho Nacional de  
399 Saúde e Ministério da Saúde; e por fim, acompanhar ao longo desse tempo esses números do SISPACTO,  
400 para quando chegasse em dezembro de 2016 se tivesse plena certeza de que foi feito um exercício e que  
401 alguns índices desses diminuiriam e outros aumentaram em relação à saúde da população no estado da  
402 Bahia. “Essa é a questão da comissão, o que foi deliberado, na comissão tirada aqui na última reunião.” A  
403 Conselheira Isadora Oliveira Maia comentou que regimentalmente havia três comissões permanentes no  
404 CES que obrigatoriamente eram paritárias. As outras comissões eram tidas como comissões/Grupos de  
405 Trabalho (GT's) que não eram tão engessadas, só era feito esse encaminhamento para não ter um número  
406 muito grande de pessoas, mas outras pessoas teriam que colaborar, o grupo apenas se debruçava no  
407 estudo e levava para o pleno, que poderia ser modificado. A comissão não tomava uma decisão estanque,  
408 parada, para também não dar aquela conotação de comissões que encaminhavam determinados assuntos  
409 para determinadas situações. Qualquer conselheiro que não estivesse nessa comissão poderia se agregar,  
410 continuar, ajudar e construir. Imaginasse uma comissão para um PPA, para uma LOA, uma discussão do  
411 SISPACTO? Quanto mais, melhor não poderia se limitar o que o próprio regimento não limitava. Quem  
412 pudesse contribuir, tinha conselheiros, como Júlio e Lílian e outros que contribuía em todos os aspectos  
413 nessas construções. Mesmo não estando presente nas reuniões, mas todos os pontos que deliberavam  
414 precisavam realmente ser acatados e observados. O Senhor Presidente informou a composição da  
415 comissão. Segmento gestor/prestador: titular, Stela e suplente, Raul; segmento trabalhador: titular, Sílvio  
416 e suplente, Lázaro; e segmento usuários: Jorge Geraldo e Silvino, titulares, e Ricardo e Moysés,  
417 suplentes. Colocou o SISPACTO em regime de votação, que foi aprovado pela maioria dos conselheiros,  
418 tendo 01 voto contrário e 01 abstenção. Informou ainda sobre a discussão na sexta-feira, em que uma  
419 questão foi a garantia do orçamento do Conselho Estadual de Saúde, com relação ao aporte financeiro que

420 estava de 250 mil reais/ano, mas havia uma garantia da gestão de aumentar esse aporte ao longo do  
421 tempo, até porque o Conselho de Saúde precisava fazer no início do ano o planejamento das suas ações.  
422 Disse que algumas ações haviam sido encaminhadas para Luiz Cláudio, como a questão da capacitação e  
423 outras atividades do conselho, para ter esse valor orçado e ao longo do tempo ir fazendo esse aporte. Isso  
424 já estava assegurado e estaria sob resolução. Comentou que a questão da educação permanente havia lhe  
425 deixado inquieto, porém, já estava resolvido, iria sair resolução, pois educação permanente de  
426 conselheiros municipais era uma prerrogativa do Conselho Estadual de Saúde. Entretanto, isso já estava  
427 acordado, a gestão já havia entendido esse pedido, e com relação ao orçamento de 2017 também já estava  
428 acordado, Luiz Cláudio explicaria isso tecnicamente, porque o conselho ao longo das suas demandas e  
429 seu acompanhamento, tudo que for sugerindo para 2017, a gestão acatar orçamento para esse ano. O  
430 Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto informou que havia feito um acordo com a Secretaria de Educação e  
431 estava trabalhando desde o início do ano para colocar no programa do ano letivo de 2016 toda a educação  
432 para combate ao mosquito. Houve um avanço, já havia material educacional para o ensino básico e  
433 fundamental, a licitação desse material já estava sendo trabalhada, bem como a capacitação, tanto de  
434 professores quanto dos técnicos das escolas para que a geração dos próximos 10 anos pudesse mudar a  
435 realidade do Brasil. Só via a possibilidade de vencer o mosquito com um trabalho de geração, de  
436 educação. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos comentou sobre a fala do Conselheiro Fábio,  
437 sobre a questão da educação sobre a dengue entrar o ano letivo de 2016, em que os professores seriam  
438 treinados para exercer essa atividade. O profissional que estava em campo saberia como dizer a esse  
439 aluno como fazer esse combate, porque treinar o professor era algo que ele iria aprender e alguém que  
440 estava vivendo era totalmente diferente. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto disse que o Conselheiro  
441 Lázaro Figueiredo era bem vindo, tinha sido convidado, iria fazer parte do centro que estava organizando  
442 tudo aquilo, inclusive a educação. Nesse centro, o secretário da educação, Osvaldo Barreto teria assento e  
443 o Conselheiro Lázaro poderia discutir isso com ele. O Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos declarou  
444 que se tratava de investimento para o professor em vez de investir no próprio profissional que estava em  
445 campo. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes colocou que na semana pedagógica os  
446 professores poderiam fazer o seu planejamento nas escolas em torno dessa temática. Envolveria  
447 professores de português, ciência, matemática, história, o que talvez tivesse um custo menor, um  
448 envolvimento muito grande e o tema seria amplo, por exemplo, a questão do meio ambiente, um eixo  
449 temático, o que daria certo. Não é achando que não deva fazer cartilha, mas teria que envolver a escola  
450 em termos de sentimento, porque poderia deixar a cartilha lá, alguém receber e deixar no canto. O  
451 Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto disse que a ideia da Conselheira Maria do Carmo era boa. Cristiano  
452 teria uma reunião no dia seguinte com a Secretaria da Educação e o pacote era muito interessante, iria  
453 desde aplicativo até software que poderia ser baixado pela internet e livros para colorir. O Senhor  
454 Presidente sugeriu que fosse feito um exercício junto ao secretário da educação, para que nas aulas  
455 inaugurais fosse discutida a questão da dengue. Poderia ser feito um grande aulão na Arena Fonte Nova,  
456 agregar familiares e toda a sociedade. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos comentou sobre  
457 o posicionamento da comissão que havia se reunido e levado até ali o encaminhamento, e neste o Senhor  
458 Presidente colocava alguns interesses e pactuações que foram entendidos daquela forma, como  
459 resoluções, documentos conjuntos entre município e Estado, mas seria preciso compactuar ali uma agenda  
460 informando quando aquelas resoluções já publicadas e aqueles documentos estariam socializados ali no  
461 conselho. Seria preciso estabelecer esse tempo, até mesmo para que não houvesse ali cobranças de coisas  
462 que não haviam sido pactuadas ali. Se foi pactuado na comissão, pensava ser interessante o Senhor  
463 Presidente assumir esse compromisso. O que foi decidido ali, na conferência e em instâncias maiores, que  
464 fosse de fato acatada por parte da Secretaria da Saúde. Comentou que as pactuações feitas com a  
465 secretaria e outras entidades precisavam ser mais bem acompanhadas, até porque já havia o Programa  
466 Saúde na Escola que já deveria estar trabalhando com várias políticas de saúde emergenciais e que de fato  
467 essas políticas funcionassem, porque a produção do Programa Saúde na Escola era pouca ou quase  
468 nenhuma em relação à utilização do recurso. O Senhor Presidente elogiou a intervenção do Conselheiro  
469 Silvino, ressaltando que todas as intervenções feitas na última reunião do CES haviam sido discutidas na  
470 comissão e colocadas para a gestão que se comprometeu a acatá-las. Com relação à resolução, disse que o  
471 regimento dava 10 dias para publicar, já havia saído com uma minuta, mas tinha que colocar algumas  
472 coisas específicas da Lei de Orçamento que dava brechas para fazer toda a alteração, e assim que  
473 estivesse pronto ele e o secretário assinariam e publicizariam, garantindo a participação do controle social  
474 na LOA para 2017, garantindo o orçamento do conselho, principalmente que iria fazer no ano de 2016 a  
475 capacitação dos 417 conselhos municipais de saúde. “Não é a toa que o nosso amigo aqui já apresentou o  
476 projeto, e já estamos lá com o projeto, já houve uma discussão, e junto com Isadora, coordenadora de  
477 plenária e penso que em março já colocaremos.” Solicitou ao secretário, pois seria discutido para fazer  
478 uma integração junto à Secretaria da Educação, porque ela tinha videoconferência, que poderia ser usada  
479 também em parceria com a Secretaria da Educação para divulgar as ações do conselho, principalmente



480 capacitação. A Conselheira Isadora Oliveira Maia colocou que o controle social é algo que lhe fazia  
481 pulsar. As pessoas da área do Direito estavam muito distantes, mas estavam tentando entender que saúde  
482 era o que existia no momento. Todos juntos construíam o controle social e todos sentiam: trabalhador,  
483 gestor e usuários que realmente estavam na ponta, era a ponta que interessava também e agradecia muito.  
484 Desejou um feliz natal e um feliz ano novo e ficaria 05 minutos lá fora, pois gostaria de ajudar nessa  
485 construção também. O Conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário sugeriu que se aprovasse o PPA  
486 naquele dia na apresentação para ficar combinado. O Senhor Presidente informou que colocaria a  
487 proposta do Conselheiro Jorge Geraldo para o pleno. O Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios  
488 declarou que o encaminhamento do Conselheiro Jorge Geraldo era o que havia sido colocado como pacto  
489 na reunião anterior. O que queria eram aquelas modificações dentro do PPA com os compromissos  
490 tirados na Conferência Estadual de Saúde, e estaria se aprovando as duas coisas, para que não fosse para  
491 uma coisa e depois para outra. O Sr. Luiz Cláudio – FESBA fez a apresentação sobre a Lei Orçamentária  
492 Anual (LOA) que foi enviada via e-mail para todos os conselheiros e conselheiras. O Conselheiro Raul  
493 Moreira Molina Barrios comentou que estava ali talvez o miolo daquilo que foi discutido durante muito  
494 tempo, de que o PPA não poderia estar separado dos planos. O Plano Estadual de Saúde teria que ser  
495 construído dentro disso, e aí é que os municípios teriam que fazer os seus compromissos. “Por isso a  
496 preocupação de Geraldo e a minha, e o acordo que fizemos com Marcos, foi de que fizessemos isso dessa  
497 forma, porque chega de construirmos as coisas de cima para baixo.” Disse que os planos regionais seriam  
498 outro problema em que teriam que ficar atentos, não somente com os planos municipais, já que havia as  
499 regiões de saúde, colocar isso engajado que se encaixasse igual a uma luva junto com o plano estadual.  
500 Era por isso que havia feito o encaminhamento de que não dava para se tratar de LOA sem tratar do PPA,  
501 até porque aqueles números, nem quem foi relator consegui acompanhar, pois se tratava de números  
502 muito astronômicos. “Fui relator disso e sei o quanto me deu trabalho entender isso. Chame-me para  
503 discutir programa, plano municipal, plano regional, plano estadual que é o que queríamos. E era isso que  
504 estávamos querendo colocar: que no momento em que se fizesse a LOA as duas coisas tivessem  
505 paripasso.” O Conselheiro Júlio César Vieira Braga perguntou se o valor de dois bilhões e quinhentos  
506 milhões ali apresentados contemplava também pessoal. “Então está aproximadamente 50% do valor e o  
507 restante é folha de pessoal.” O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto comentou que o Governador Rui  
508 Costa entendendo que a secretaria estava com seu planejamento orçamentário e sua execução  
509 orçamentária dentro do que ele entendia como responsabilidade orçamentária, autorizou que fosse  
510 iniciado o planejamento de 2016 com 13% do orçamento. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga  
511 destacou que essa era uma pauta em que o conselho teria que voltar com mais atenção, pois era  
512 exatamente a luta pelo aumento dos investimentos em saúde. Não tinha como ficar com a questão  
513 partidária, de defender presidenta, governador, A ou B sem focar naquilo que todos poderiam lutar juntos.  
514 Por exemplo, financeiro, aumento do financiamento em saúde. Não seria possível o governo ficar  
515 gastando naquilo que não era prioridade, como propagandas, pois todos que estavam ali tinham que lutar  
516 pela saúde. Não era 13%, mas, 14%, pois 13% era pouco, era o mínimo por lei. No SISPACTO disseram  
517 que não voltaria atrás em termos de objetivos, então, não poderia voltar atrás também no orçamento para  
518 a saúde não, como voltou em 2014. “Temos que lutar para ter mais, não deveríamos ficar satisfeitos com  
519 esses 13%. Nosso estado é diferenciado, é um dos estados que tem a maior proporção de usuários do SUS  
520 e não pode ser comparado com estados, como São Paulo, Rio de Janeiro ou qualquer outro, onde a  
521 proporção de usuários atendidos pelo SUS é menor. Então, temos que brigar por mais recursos,  
522 principalmente do governo federal que é o pacto federativo às avessas. No governo federal, como você  
523 citou aqui, os médicos contratados com toda propaganda e estardalhaço não aumentou em nada em  
524 assistência médica e ainda querem cortar o financiamento dos Agentes Comunitários em Saúde. O  
525 governo federal está totalmente avesso à realidade no município.” O Conselheiro José Silvino Gonçalves  
526 dos Santos disse que não conseguia entender os compromissos que foram unificados de maneira clara,  
527 onde ele aparece dentro dos nove compromissos. Por exemplo, havia 13 e depois passou para 09, então,  
528 os quatro compromissos não havia conseguido identificar com muita clareza dentro dos compromissos  
529 propostos que foram reduzidos para 09. Citou ainda a importância de se aumentar o recurso na saúde, mas  
530 diante do apresentado ali não tinha ficado claro se era o aumento na produção, na oferta dos serviços ou  
531 se é aumento por conta dos custos dos procedimentos realizados. Não estava entendido, pois se  
532 aumentava o valor precisava dizer também o tipo de serviço que seria aumentado por conta disso. O  
533 Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto informou que havia reduzido na secretaria quase 300 milhões de  
534 reais somente de custeio, que foi totalmente transferido para a produção, assistência. A secretaria tinha  
535 um déficit mensal que chegou a 70 milhões por mês. Estava programada para chegar ao final do ano com  
536 mais 600 milhões e já tinha 650 milhões. Iria para 1,2 bilhões de reais de déficit, mas foi reduzido em 300  
537 milhões, transferido para a assistência, foram reduzidas a Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) para  
538 2016 e alongado o orçamento que chegou até o final de outubro. 2016 seria um ano orçamentário muito  
539 mais organizado, redondo, com a possibilidade em 2017 em 13%. Isso não era custeio, o custeio havia

540 despencado. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos ressaltou que algumas propostas  
541 introduzidas ali falavam de manutenção da política de saúde, a exemplo da política de saúde do Sistema  
542 Prisional. Ou seja, aumentou-se o recurso, mas não se propunha o aumento do serviço. Era isso que  
543 precisava melhor entender. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto salientou que não poderia aumentar  
544 muita coisa naquele momento, pois em 2015 o que estava sendo feito ia muito além do dinheiro que tinha  
545 disponível. O que foi expandido ao longo dos últimos 08 anos para o sistema era francamente deficitário.  
546 Teve que dar um freio na secretaria, organizar, torná-la sustentável para poder pensar em ampliar. Não  
547 conseguiria abrir hospitais, porque geraria custeio de 200 milhões por ano enquanto não organizasse a  
548 casa; não conseguiria dar aumento para funcionários, fazer investimentos, porque naquele momento a  
549 secretaria estava deficitária. Se propusesse ampliar serviços em 2015 só aumentaria o buraco da  
550 secretaria. A única forma de sair disso seria reduzir custeio ou aumentar o financiamento. Para aumentar  
551 o financiamento seria preciso chegar para o Ministério da Saúde e solicitar uma CPMF nova ou mais  
552 dinheiro de imposto de cigarro. Se esse dinheiro não viesse, a única forma de fechar a conta no final do  
553 ano seria reduzindo custeio onde fosse possível. O governador não tinha como tirar dinheiro de outras  
554 áreas consideradas importantes. “É preciso que sejamos bem justos, e para se ter ideia, para fechar 2015  
555 faltavam 180 milhões de reais. Sentei mais o governador, o secretário da fazenda e Luiz Cláudio, e o  
556 governador mandou que tirasse o dinheiro de onde pudesse, mas não deixaria faltar dinheiro para a saúde.  
557 De fato, vamos fechar 2015 com as nossas contas em dia, com os pagamentos dos terceirizados em dia, da  
558 maioria dos prestadores, e ano que vem teremos capacidade de encurtar os meses que estão atrasados.  
559 Pagamos aos prestadores com 60 a 90 dias de atraso e nossa ideia é encurtar cada vez mais.” Ressaltou  
560 que a dívida de 2014 dos prefeitos seria paga toda em 2016. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos  
561 Santos declarou que a assistência à saúde na Bahia era bastante deficitária. Havia um planejamento para  
562 quatro anos que não estava prevista a melhoria na oferta de serviços desde já no PPA, pelo menos em  
563 nível de recurso e proposta para fazer o enfrentamento. A proposta só falava em manutenção, que já não  
564 atendia, a exemplo do impacto da violência dentro da saúde que precisava estar prevista uma cultura de  
565 paz com o objetivo de diminuir a violência que tinha um impacto direto dentro do sistema de saúde.  
566 Sugeriu uma campanha educativa junto aos meios de comunicação e à sociedade com o objetivo de  
567 diminuir também, pois as prejudicadas eram as pessoas que necessitavam de tratamento de saúde. Essas  
568 pessoas eram impedidas de ter acesso por conta dessa violência que ocupa os espaços nos hospitais. O  
569 Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva fez um destaque sobre: “funcionamento de unidade  
570 ambulatorial e hospitalar sob administração direta; gestão de parceria público x privado (PPP); e  
571 funcionamento da rede de serviços de saúde credenciada do SUS. Se observados os valores canalizados  
572 para administração indireta em relação à administração direta era algo de uma diferença absurda.  
573 Continuavam sendo financiados os recursos públicos da saúde, e estes estavam sendo canalizados para a  
574 terceirização. Estava muito claro, a não ser que alguém definisse que administração, PPP e rede  
575 credenciada não fossem terceirização. Inclusive no dia seguinte deveria ocorrer uma reunião no Hospital  
576 Ernesto Simões, uma vez que havia a possibilidade deste hospital ser privatizado ou terceirizado. “Isso é  
577 o que se coloca, não estou falando de blog, há essa perspectiva.” Informou que estava de posse de um  
578 documento que deixaria ali, de um desagravo em relação à diretora do Hospital de Vitória da Conquista  
579 que estava um caos por conta da falta de investimentos que se colocava, e não poderia por tudo culpar a  
580 gestão. “O documento está aqui, é um apoio aos trabalhadores do hospital em relação à diretora, pois  
581 segundo o documento que está aqui, a foi à exposição do secretário da saúde de forma bastante grosseira  
582 com a diretora.” Declarou que se via cada vez mais um caminho para a privatização. Uma transformação  
583 da administração pública em uma administração privada. Havia denunciado na reunião anterior a questão  
584 da contratação da auditoria independente para fazer a auditoria das organizações sociais, como se a  
585 auditoria do SUS não fosse independente. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza destacou  
586 como o compromisso 09 havia se transformado para a próxima PLOA, e tinha algo que falava sobre  
587 mecanismo de gestão expandindo a sua base científica, tecnológica e produtiva. Citou a BAHIAFARMA  
588 na Bahia; iniciativas inovadoras de gestão no SUS/Bahia, que ao longo do tempo foram implantadas sob a  
589 ótica de dizer que haveria um avanço sobre as ações de saúde e se conseguiria enfrentar as realidades  
590 diversas que se tinha em um estado do Brasil, que era um dos maiores e tinha uma realidade também  
591 continental. A Bahia também é continental com relação a outros estados. Colocou que quando retirada a  
592 questão da base científica e tecnológica, lembrava que nos seis anos que esteve no CES, sempre houve  
593 reclamações em que o pior investimento no estado da Bahia era justamente isso. Sempre foi uma das  
594 áreas que menos teve investimento, e o Brasil vive a partir de 2014, crises, como a penicilina benzatina.  
595 Como enfrentar a questão da sífilis sem esse medicamento distribuído gratuitamente no Sistema Único de  
596 Saúde. Mas o que estava se fazendo: diagnosticando sífilis e o paciente indo para a farmácia comprar e ter  
597 que voltar no posto de saúde. Era um absurdo o que estava se vivenciando ainda. Comentou que o Brasil  
598 tinha uma crise quanto à produção de vacinas, às vezes básicas. Poderia ser ampliada a cobertura vacinal  
599 no Brasil e teria que ser aumentada a base tecnológica na Bahia. A saúde não era somente para oferecer

600 serviços, mas, para produzir insumos, tecnologia em saúde e seria preciso ver isso. Comentou ainda que  
601 em 2013 houve um decreto do governador do Estado reduzindo os gastos para todas as áreas de governo  
602 na Bahia. A lógica é: a partir do decreto foi cortado o dinheiro da saúde de diversas áreas, o que afetou a  
603 todos em 2014, 2015 e já estava para iniciar 2016. Então, para além do superávit primário, para além de  
604 cobrir as dívidas do estado da Bahia, seria preciso ver àquilo que se programasse lá estivesse 100%  
605 disponível. Sendo 13% tudo bem, mas que estivesse 100% disponível para a saúde realmente avançar.  
606 Conselheiro Lázaro Figueiredo dos Santos relatou que havia passado um período no Hospital Geral do  
607 Estado (HGE) como instrumentador cirúrgico, e observou que havia lá uma seleção para quem iria morrer  
608 primeiro, quem chegava à Emergência. Infelizmente era isso que se via dentro dos hospitais de  
609 emergências, uma superlotação, os médicos ainda querendo fazer algo, mas impossibilitados pelo número  
610 de pessoas. E naquele momento, com a presença da pessoa do DETRAN, em que teria também que ter  
611 essa preocupação, essa ligação, em que a saúde não poderia estar trabalhando sozinha, aonde os outros  
612 segmentos, como o DETRAN, a questão dos acidentes que vinha ocorrendo, onde é chamada a questão do  
613 SAMU que diz que o Estado e o município têm uma parceria. Mas, quando esse paciente chega ao  
614 hospital é negado atendimento e o paciente fica perambulando na ambulância até encontrar um lugar que  
615 o receba. Pensava que o atendimento deveria ser imediato e seria preciso modificar isso para uma saúde  
616 humanizada. “Como diz aqui na proposta: promover a equidade, humanização e o cuidado da saúde. Não  
617 estamos vendo isso acontecer na realidade. Essa humanização entre essa questão da saúde para a questão  
618 dos pacientes que chegam a ser humanizados.” Citou a lotação dos corredores dos hospitais, pessoas  
619 jogadas como se fossem objetos ou até mesmo lixo. Entretanto, o controle social mais do que nunca, por  
620 um SUS que desejava e por acreditar que esse SUS pudesse acontecer dentro do estado da Bahia, estava  
621 ali para ajudar nesse sentido, mas também cobrando uma saúde com qualidade. Que os profissionais da  
622 ponta fossem tratados como deveriam ser tratados, pois às vezes tinha um monte de profissionais, mas na  
623 verdade não eram tratados como profissionais de saúde, no sentido de uma boa qualificação e condições  
624 de trabalho. Às vezes o conforto do pessoal de enfermagem era diferenciado dos médicos, então, seria  
625 preciso ver isso, humanizar a saúde de forma total. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto comentou que  
626 seria preciso entender a diferença entre privatização e contrato de gestão. Para os conselheiros que não  
627 sabiam a diferença entre essas duas coisas, incluindo o Conselheiro Sílvio, a legislação previa contratos  
628 de gestão. Neste, o ente Estado outorga a uma Organização Social da sociedade civil de interesse público,  
629 a gestão de um equipamento seu, podendo ser um hospital ou um aeroporto. No caso da Secretaria da  
630 Saúde, as OS fazem gestão de hospitais, UPAS, serviços qualquer, um deles que pudesse entregar para  
631 um contrato de gestão. Neste, há uma previsão de que o resultado financeiro da operação é zero. Um  
632 resultado que a OS não terá lucro. Ela poderia ter outros benefícios da legislação pertinente, do ponto de  
633 vista de impostos para a sua organização, mas naquele contrato de gestão a ideia seria trazer para o  
634 serviço público experiências de gestão privada onde ela trabalha, que pudesse fazer com que a máquina  
635 pública funcionasse melhor. E assim isso vinha sendo feito em todo o país de forma vitoriosa, o estado de  
636 Goiás tem um modelo 100% OS, o estado do Rio Grande do Sul é 100% filantrópico, e outros estados do  
637 país estavam evoluindo nos ajustes dos seus contratos de OS. A SESAB entendendo que esse processo  
638 ainda não havia sido completamente evoluído e amadurecido havia passado o ano de 2015 trabalhando no  
639 novo modelo de contrato de gestão. Esteve em vários locais onde as OS funcionavam bem buscando os  
640 modelos dos seus contratos, vendo de que forma poderia trazer isso para a Bahia. E em um processo  
641 longo, tecnicamente unificado e exaustivamente discutido com diversas instâncias do governo do estado  
642 da Bahia, incluindo a PGE, o Conselho de Gestão de OS e técnicos da secretaria, foi construído um  
643 modelo novo de contrato que entendia ser um modelo exemplar. Nesse modelo, resumidamente (até  
644 apresentaria ele oportunamente em 2016), foram aumentadas as metas quantitativas e qualitativas, nos  
645 contratos anteriores eles permitiam que a OS trabalhasse com a meta física de 70% e a meta qualitativa  
646 de 30%, se chegou a 90% com meta quantitativa e era obrigado a executar pelo menos 90% do contrato.  
647 Existia uma série de mecanismos que obrigavam a buscar a produção, produtividade, e esse contrato, o  
648 grande diferencial que se via em outros estados do Brasil, é a capacidade de fiscalização do Estado. Este  
649 não conseguia fazer as suas estruturas funcionarem, porque não era capaz de fiscalizar. E o que acontecia  
650 na saúde da Bahia não era diferente dos outros estados do Brasil. Não havia a capacidade de fiscalizar.  
651 “Fiscalizar é uma coisa, auditar pelo SUS é outra, Conselheiro Sílvio. Há uma grande diferença entre  
652 fiscalizar um contrato e fazer uma auditoria de contrato. V. Sa. precisa procurar se informar melhor sobre  
653 modelo de contrato que estamos implantando, antes de tecer comentários genéricos.” Disse que o modelo  
654 de contrato previa que se contratasse um verificador independente, que era uma dessas empresas de  
655 consultoria, tipo KPMG, DELOITTE, Price, e ela faria o acompanhamento do contrato e apresentar à  
656 Secretaria da Saúde os indicadores de desempenho daquela OS naquele hospital. Cada contrato teria um  
657 fiscal da secretaria que seria um servidor dentro do hospital, com sua sala, telefone, computador, jarra de  
658 café, e ele ficaria sendo o olho do Estado dentro do hospital. A administração, o resultado seria  
659 acompanhado da empresa verificadora independente, e os números encaminhados ao órgão da secretaria

660 que foi criado, chamado Central de Monitorização e Acompanhamento, onde tinha vários servidores que  
661 tratariam aqueles números e transformariam em redução de repasses penalidades ou um repasse normal.  
662 Toda aquela informação depois seria encaminhada para a Dra. Conceição Riccio na Auditoria do SUS,  
663 que daria os encaminhamentos normais da Auditoria do SUS. “O que estamos implantando é um modelo  
664 novo com a fiscalização mais ao pé do que está sendo executado. Então, isso aqui é OS.” Explicou que  
665 PPP é um modelo novo em que se entrega a um parceiro que assume um risco de investimento que o  
666 estado da Bahia não tem capacidade de fazer. Para se ter uma ideia, o parque de imagem do estado da  
667 Bahia estava defasado por 10 anos, estava se trabalhando com equipamentos de imagens com 10 anos de  
668 uso precisando ser trocado, e o Estado é um mau gestor. Se queimava uma ampola de Raios-X teria que  
669 fazer uma licitação para se trocar essa ampola, o que demoraria três meses uma máquina de Raios-X ou  
670 de Tomografia parada no Estado. O governo ao longo dos últimos três anos havia elaborado uma PPP de  
671 imagem, vencida ano anterior e começada a execução no ano atual, e dois hospitais já estavam sendo  
672 operados com a PPP de imagens. Os primeiros três meses de resultados da operação foram excepcionais,  
673 com um grande aumento no número de exames, ficando os hospitais e a população satisfeitos, e isso  
674 custará ao estado da Bahia ao longo de 11 anos 1 bilhão de reais, traduzidos sob a forma de serviços  
675 melhor prestados à população. Entendia que a população não estava preocupada se a saúde que estava  
676 sendo prestada para ela era por um servidor, um indivíduo contratado de uma OS ou por um terceirizado  
677 de uma PPP. O indivíduo queria ser bem tratado, queria ter uma saúde digna, aquilo que ele precisava  
678 com quantidade e com qualidade. Todos os indicadores mostravam que era isso de fato que o indivíduo  
679 queria. Se fizesse uma avaliação no estado da Bahia de qual o melhor hospital, seria a PPP do Subúrbio,  
680 que custava tão caro quanto o Hospital Roberto Santos e HGE em termos de indicadores. Mas, em termo  
681 de indicador de qualidade ele supera todos os demais hospitais na avaliação da população. A Maternidade  
682 de Referência José Maria de Magalhães Neto, pessoas da rede privada iriam para lá para parir, e se  
683 tratavam de experiências inovadoras, uma PPP e outra OS. Convidou o Conselheiro Moysés em nome do  
684 presidente da BAHIAFARMA, Ronaldo Dias, eleito vice-presidente da Associação Brasileira de  
685 Laboratórios Oficiais do Brasil (ALFOB), e congratulava-o por isso. Disse que a BAHIAFARMA seria  
686 produtora do Sofosbuvir e do Truvada, e produziria para o Brasil. Nos oito meses de gestão de Ronaldo  
687 Dias se conseguiu uma série de contratos dos antirretrovirais, iria construir com o dinheiro da Fundação  
688 Giliard de um centro de hepatites virais no Rio Vermelho, já havia o prédio separado, sairia do CEDAP e  
689 seria um centro somente de hepatites virais, patrocinado pela Giliard. Estava com uma série de  
690 investimentos e parcerias para fazer com que na Bahia se tivesse um Parque Industrial Farmacêutico.  
691 Havia conversado com o governador no início do ano, com o secretário de desenvolvimento econômico,  
692 na época o James Correa, e ficou combinado que esse terceiro ciclo de governo do PT na Bahia, na área  
693 industrial seria capitaneado pela indústria farmacêutica. “Nosso compromisso é implantar aqui na Bahia  
694 uma indústria de base tecnológica que invista em pesquisa, que possa alavancar um setor. Somos 100%  
695 deficitários, não produzimos um único comprimido no estado da Bahia. Esse nosso plano ultrapassou  
696 barreiras e hoje iremos produzir próteses ortopédicas, testes diagnósticos, material de penso, e estamos  
697 agora importando repelente com nanotecnologia, a BAHIAFARMA é exclusiva para o Mercosul, vamos  
698 distribuir repelentes para pintar as casas com tinta anti mosquito (as pessoas lavarem as roupas e ficar  
699 com roupa lavada repelente a mosquito), uma série de ganhos tecnológicos que vão se traduzir sob ganhos  
700 financeiros para a BAHIAFARMA que é uma fundação que vai reinvestir em ciência e tecnologia em  
701 pesquisa e desenvolvimento.” Ressaltou que a Benzetacil era um problema sério, havia feito um discurso  
702 para o ministro da Saúde em Brasília, que não tinha conhecimento quando assumiu, da gravidade da  
703 situação da sífilis congênita. Havia um projeto para reduzir ou erradicar a sífilis congênita que envolvia a  
704 Benzetacil. Não poderia ser produzido na BAHIAFARMA, pois não havia linha de antibióticos aqui, mas  
705 estava trabalhando com o Ministério da Saúde para regularizar essa situação com a Furp e Teuto. Foram  
706 compradas 700 mil ampolas de Benzetacil no mês de dezembro, a expectativa era que assim que as  
707 cidades parassem de fazer estoque de Benzetacil se tivesse um mercado regularizado. Colocou que quanto  
708 a tratar funcionários e valorizar o servidor, o objetivo da gestão era nessa linha. Na Secretaria da Saúde,  
709 prédio central, nos próximos 24 meses seria feita uma grande reforma. A Secretaria da Administração  
710 Penitenciária sairia naquela semana e entregaria o 2º andar todo. O primeiro andar da Secretaria da Justiça  
711 incendiado seria incorporado pela Saúde, que ficaria com o prédio amarelo inteiro, que seria totalmente  
712 reformado com um investimento de 20 milhões de reais. Havia mandado reformar também o Curuzu, a  
713 emergência de Cajazeiras, e uma série de investimentos pontuais seriam feitos nas maternidades a um  
714 custo de 20 milhões de dólares para requalificar todas as maternidades da rede do estado da Bahia, o que  
715 se traduziria sobre benefício de qualidade, de conforto e reconhecimento para os servidores. O  
716 Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios comentou a fala do secretário, referente à satisfação da  
717 população com relação aos terceirizados, que é a mesma fala que o anterior secretário colocava para  
718 todos, quando falavam que para um hospital ele dava 200 mil reais, e quando terceirizava dava 600 mil a  
719 800 mil reais. Porém, não poderia deixar de colocar enquanto gestor, da grande dificuldade que existia

720 para se fazer gestão com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a obrigava a aceitar esse tipo de coisa.  
721 “Ideologicamente, como militante do SUS tenho que defender a coisa pública como pública. Estamos em  
722 um conselho, onde não podemos simplesmente passar por isso e não ser registrado de forma clara,  
723 cristalina, qual o pensamento que gostaríamos que tivesse. O investimento público na coisa pública.”  
724 Disse que independente da LOA que estava sendo colocada e independente de tudo isso, o Plano Estadual  
725 de Saúde e o Plano Municipal de Saúde eram fóruns legítimos, até para se colocar os pensamentos  
726 ideológicos com relação a isso. Sempre foi contra às PPP’s, pois fazer PPP sem participar do projeto e da  
727 concepção, receber o hospital todo pronto, sem investimento nenhum e passar a participar simplesmente  
728 da gestão, para ele não era PPP, pois PPP nascia com ela. Dizia isso antes e continuava dizendo, mas  
729 como gestor não poderia deixar, até porque qualificava o debate. Naturalmente, pela paciência e respeito  
730 que teria que ter, não poderia deixar de colocar a dificuldade em se fazer gestão com a Lei de  
731 Responsabilidade Fiscal engessando desse jeito e os gestores terem que ficar dependentes da  
732 terceirização. Por outro lado não poderia deixar de colocar sua postura ideológica, pois acreditava no  
733 SUS. Sugeriu que se aproveitasse o Plano Estadual de Saúde para colocar esse tipo de coisa. Esse avanço  
734 que teriam que ter contra a privatização e um avanço para a coisa pública. O Conselheiro José Silvano  
735 Gonçalves dos Santos propôs rever as políticas de manutenção de saúde de alguns segmentos, a exemplo  
736 da população idosa. Não daria para propor para uma política de quatro anos, a mesma política que se  
737 propunha para a população idosa, porque a Política de Atenção à População Idosa não atende a essa  
738 população. Estava extremamente defasada diante do crescente número de pessoas idosas no país. Essas  
739 pessoas idosas estavam sendo penalizadas. Quando se falava quem iria morrer ou iria viver, quem seria  
740 atendido ou quem não seria atendido, essas pessoas idosas eram sempre colocadas em segundo plano.  
741 Sobre a população privada de liberdade, destacou que não dava para imaginar que a população  
742 encarcerada não seria capaz de transmitir qualquer tipo de doença além das muralhas, era um tremendo  
743 engano, uma vez que essa população tinha contato diariamente com a sociedade que transitava em todo o  
744 canto. Salvador tinha 10 equipes que deveriam estar atuando dentro do Sistema Prisional, mas não se  
745 conseguia identificar uma só equipe dessas funcionando. E os municípios também teriam que fazer a sua  
746 parte, pois no momento em que a Prefeitura de Salvador como a de Serrinha que eram co-gestão,  
747 continuavam recebendo incentivo para desenvolver política de saúde e outras políticas e não fazia, não  
748 dava para pedir mais recurso para atender essas políticas. Propôs que fossem revistas as propostas de  
749 manutenção de serviços para algumas populações, principalmente as populações em situação de  
750 vulnerabilidade. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira comentou que a questão da Parceria  
751 Público X Privado havia sido proposta de pauta no conselho, o que era pouco. Há muito tempo havia  
752 solicitado um seminário sobre o assunto, podendo ser inclusive de dois dias, seria possível esgotar melhor  
753 um assunto extremamente complexo, e havia posições diferenciadas. Declarou que as OS e OSCIPS  
754 foram criadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Sr. Luiz Bresser Pereira, quando fez a  
755 reforma do Estado brasileiro, uma política eminentemente neoliberal. Inclusive as OS na época eram  
756 inconstitucionais, algumas ações de inconstitucionalidades foram movidas, só que foram julgadas pelo  
757 Supremo Tribunal Federal, e quando questionado isso o Dr. Chioro disse que infelizmente essa batalha  
758 tinha sido perdida para um judiciário extremamente conservador. “Entendo da sua preocupação enquanto  
759 gestor de ter o controle sobre essas OSCIPS, até porque se o senhor não controlar, o seu cargo de gestor  
760 deixa de desaparecer enquanto público, porque será único e exclusivamente privado. Temos que ver essas  
761 coisas com muito cuidado, inclusive esses modelos de gestão. Temos como exemplo, as fundações  
762 estatais de direito privado, colocadas como um modelo de gestão que iria trazer para a Bahia, respostas  
763 para muitos dos nossos problemas, mas infelizmente vimos o que deu com a Fundação Estatal de Direito  
764 Privado. Temos que ter muita preocupação também com essas pessoas que fazem investigações, essas  
765 pessoas que se colocam como detentores da verdade. Por exemplo: as agências de risco hoje estão  
766 levando o mundo a uma completa derrota. Esses caras avaliadores de riscos na época, não foram capazes  
767 de ver aquela questão de 2008. Lá nos países, aquela grande crise do capitalismo, com todos esses  
768 sujeitos detentores de suposto saber, não foram capazes de avaliar a grande crise que derrotou o  
769 capitalismo nos Estados Unidos e na Europa. E são esses avaliadores de crise que colocam nosso país em  
770 risco, porque sabemos que essa crise hoje do país, em que a presidente Dilma vive acuada inclusive, por  
771 esses caras, que deveriam estar na cadeia e não se colocando como pessoas capazes de fazer qualquer tipo  
772 de fiscalização.” O povo queria um país que desse certo, um país que tivesse um projeto de  
773 desenvolvimento. Como se tirava o banqueiro do Ministério da Fazenda e colocava uma pessoa que  
774 estava junto ao Guido Mantega fazendo um projeto de desenvolvimento para o país, e a presidenta, logo  
775 após a sua eleição se viu obrigada a recuar, mas passou a sentir a sustentação dos movimentos sociais nas  
776 ruas dando a ela a capacidade de permanecer no cargo, ela se voltava novamente para o seu antigo projeto  
777 que nunca deveria ter deixado de lado. O Conselheiro Walney Magno de Souza declarou que o secretário  
778 deveria ser elogiado, pois via a sua postura nos municípios, e ele estava mesmo preocupado com coisas  
779 que estavam acontecendo e que o conselho também deveria estar fazendo isso. Recentemente o secretário

780 tinha solicitado de alguns secretários de saúde posturas com relação a recursos não utilizados. “Quando  
781 você falou da assistência básica aqui, são postos de saúde que não foram construídos em 2013 no  
782 município de Ilhéus, o dinheiro está guardado e por conta disso em Olivença os índios resolveram  
783 construir um posto com os próprios recursos, e ainda maior do que o do Estado.” Enfatizou que o  
784 conselho também deveria fazer esse levantamento nos municípios e cobrar. Já que seria iniciada uma  
785 nova relação com os conselhos municipais, seria interessante que fosse aberto esse canal de comunicação.  
786 O Conselheiro Aroldo Luiz da Silva Bacelar comentou que o bom seria que a Saúde fosse toda exercida  
787 pelos funcionários públicos. Contudo, historicamente, há décadas, a Saúde pública brasileira se  
788 deteriorou. Hoje em dia se a pessoa tiver um filho doente e tiver que escolher entre levar para um serviço  
789 público ou um serviço privado na Bahia, era complicado. Havia mais hospitais privados na Bahia de que  
790 públicos. “Se quiséssemos fazer só medicina com serviços para hospital público ou somente a gestão  
791 pública, não daria conta de atender todos os pacientes nem as necessidades da população.” Quando fez  
792 residência médica, a medicina pública era melhor do que a privada. O Hospital das Clínicas era o melhor  
793 hospital da Bahia e o melhor hospital do Brasil era o hospital do servidor do Estado, onde fez a sua  
794 residência médica e onde o Presidente da República era atendido. O Instituto do Coração (Incor) em São  
795 Paulo há quarenta anos era excelente e hoje os melhores eram o Albert Einstein, Sírio Libanês, São  
796 Rafael, Aliança e etc. Ressaltou que talvez o modelo de gestão pública tivesse que mesclar com essas  
797 parcerias, porque a gestão era o mais importante. O paciente quer ser bem atendido. “Quem não queria ser  
798 bem atendido no Hospital do Subúrbio hoje? Sou funcionário público, mas penso que esse modelo  
799 passado de você escolher um diretor de hospital que é amigo, do mesmo partido, e não ter competência  
800 para tal é muito mais deletério do que você colocar uma parceria público x privado, onde você vai reduzir  
801 custos e dar melhor assistência.” O Senhor Presidente solicitou que a administração desse uma olhada  
802 melhor no Hospital Menandro de Farias, pois o hospital estava muito exposto precisando colocar um  
803 gradeado na frente; a Rede Cegonha já poderia ser implantada lá o mais rápido possível; e havia uma  
804 situação muito grave lá, em que existia uma briga de facção no Litoral Norte. Foi enviada uma carta de  
805 um paciente ameaçado, o hospital estava ameaçado ser invadido a qualquer hora, e enquanto estava lá  
806 visitando havia chegado uma pessoa baleada, não convinha a quantidade de policial dentro do hospital  
807 ocupando o espaço de outras pessoas para ser atendida de pronto atendimento, impossibilitando até os  
808 profissionais trabalhar. Às vezes ficava difícil o profissional de Saúde tirar, pois investido em uma farda  
809 as pessoas se sentem como uma autoridade, e seria necessário colocar uma custódia nesse hospital. A  
810 Polícia Civil teria que estar lá, pois era verão, onde a população no Litoral Norte crescia  
811 assustadoramente. Gostaria que a gestão desse um olhar maior durante esse período e se tentasse  
812 mobilizar isso junto à Secretaria de Segurança Pública. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto informou  
813 que já havia mandado cercar o hospital com grades; havia articulado com o prefeito para retirar as  
814 licenças das duas barracas de comida que tem em frente ao Hospital Menandro de Farias. Há cerca de  
815 quinze dias haviam encontrado uma caixa de concreto no chão e pensaram que essa caixa seria um lugar  
816 bacana para incendiar lixo. Os barraqueiros colocaram lixo lá, atearam fogo e era a caixa de transmissão  
817 da COELBA. Resultado: duas horas da manhã o hospital havia ficado sem energia, só foi religar às 17  
818 horas do dia seguinte, porque foi na COELBA dizer que não poderia virar outra noite sem energia. “Pedi  
819 que fizesse um orçamento para cercar o hospital todo e o prefeito já está providenciando a cassação do  
820 alvará das barracas.” Informou também que o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa havia  
821 sido instado a colocar lá uma secretaria civil, e ele havia dito que estava em uma pindaíba de pessoal na  
822 Polícia Civil, tinha delegacia fechando. Mas o governador mandou que ele colocasse Delegacia de Polícia  
823 Civil e Polícia Militar em todos os hospitais que recebiam violência. “Ele terá que arranjar policial em  
824 algum lugar para colocar no Hospital Menandro de Farias.” O Senhor Presidente colocou em regime de  
825 votação o PPA, a LOA e fez a indicação do Plano Estadual de Saúde (PES). Disse que a maioria dos  
826 conselheiros havia colocado ali a situação da Saúde, e na proposta do PES os conselheiros poderiam dizer  
827 onde queria que melhorasse na Saúde do estado da Bahia. Propôs ainda formar uma comissão com quatro  
828 conselheiros titulares e quatro conselheiros suplentes. Segmento de usuários: Jorge Geraldo, Gislene,  
829 Maria Helena e Silvino; segmento de Trabalhadores: Sílvio e Maria do Carmo; e segmento de  
830 Gestor/Prestador: Aroldo. A LOA e o PPA foram aprovados com duas abstenções. Informou que  
831 regimentalmente o Calendário de Reuniões Ordinárias do CES 2016 teria que ser aprovado, sendo que a  
832 primeira reunião de janeiro cairia no dia 14, dia da Lavagem do Bonfim, mas havia a proposta de alterar  
833 para o dia 21 de janeiro. Colocou em apreciação o Calendário de Reuniões do CES 2016, que foi  
834 aprovado à unanimidade. O Conselheiro Fábio Vilas-Boas Pinto pediu licença para se ausentar e  
835 convidou a todos para estar às 17 horas recebendo os dois mil servidores do prédio central da SESAB  
836 para uma confraternização do Natal, entre os dois espaços do 3º andar. Haveria uma festa com  
837 distribuição de panetone e estaria recebendo a todos lá. Disse que havia gostado muito da reunião, fazia  
838 votos que houvesse reuniões iguais àquela, em que de fato se discutiu o Sistema de Saúde de forma rica,  
839 profunda, com contribuições relevantes, capazes de engrandecer o projeto da gestão. Desejou um feliz

840 natal para todos e um ano novo repleto de realizações. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva  
841 comentou que tinha o direito de resposta, sem nenhuma presunção ou prepotência, pois não era nada  
842 disso, mas às vezes o secretário tinha essa postura, inclusive buscava desconhecer o conhecimento das  
843 pessoas do ponto de vista técnico e jurídico. Conhecia muito bem essa forma de gestão, até porque era  
844 especialista em Direito Administrativo. Porém, do ponto de vista político iria estar sempre ali colocando  
845 isso, pois em todas as conferências de saúde, tanto municipal quanto estadual e nacional, sempre definiu  
846 que rejeitaria sempre qualquer forma de administração dos serviços de saúde que não fosse pela  
847 administração pública. Isso que as conferências colocavam do ponto de vista político, e estaria sempre  
848 colocando isso. Cada vez que se desviava recurso para a administração privada o setor público se  
849 enfraquecia. “Não tenho nenhum problema pessoal com o secretário, a minha questão é de  
850 posicionamento ideológico e político.” O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos colocou que a fala  
851 deveria ter sido feita anteriormente na apresentação do PLOA. Se observada a planilha que o Conselheiro  
852 Sílvio se reportava, dava para ver claramente que houve quase uma duplicação do investimento na Rede  
853 Própria, e isso era uma tendência. Era só voltar a planilha que se via sair de quatrocentos e poucos  
854 milhões para quase oitocentos milhões. Então, o maior aumento foi o investimento na Rede Própria que  
855 praticamente na administração direta há uma tendência de crescimento com praticamente a duplicação  
856 dos recursos investidos. O Sr. José Cristiano Soster – DAB fez a apresentação sobre o Protocolo de  
857 Responsabilidade da Epidemia da Zika Vírus e Microcefalia que foi enviada via e-mail para todos os  
858 conselheiros e conselheiras. A Conselheira Maria Helena Ramos Belos declarou que a apresentação  
859 demonstrava uma preocupação com as incidências das doenças infecciosas que estavam acontecendo no  
860 Brasil. Perguntou se já tinha especificamente maternidade de referência, e se além dessa preocupação do  
861 registro, da notificação, se também já se pensou se essas maternidades tinham condições de atender as  
862 demandas, além dos profissionais, exames, equipamentos, porque às vezes mandava a pessoa para um  
863 lugar e quando essa pessoa chegava lá o equipamento estava quebrado, não funcionava, o aparelho de  
864 ultrassonografia não funcionava. Então, diante dessa situação tão agravante da Zika e outras doenças,  
865 como ficaria isso? O Conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves colocou que tanto a gestão federal quanto  
866 estadual e municipal tinha culpa e deveriam ser denunciadas, pois desde o início do ano se falava que  
867 poderia haver uma epidemia e não se tomou nenhuma atitude para que se resolvesse a situação. Havia um  
868 desabastecimento de larvicidas em nível nacional, ficando um período de mais de seis meses sem  
869 larvicidas, mesmo que não fosse eficaz, e infelizmente estava aí essa epidemia. “Espero que dê certo essa  
870 iniciativa de vocês junto ao Ministério da Saúde, pois foi mais uma equívoco do governo federal diminuir  
871 o quantitativo de agentes de endemias. Primeiro, novamente os governos municipais que demitiram os  
872 agentes contratados são culpados e o Ministério Público deveria abrir ações de improbidade  
873 administrativa contra esses prefeitos e secretários de saúde que demitiram esses agentes de endemias, e  
874 estamos aí nesse imbróglio. Espero que o ministro e a presidenta Dilma revejam e vamos entrar de cabeça  
875 no combate.” Informou que os Agentes Comunitários de Saúde já vinham fazendo um papel educacional  
876 nas comunidades e não via como esses agentes ultrapassarem esses serviços que já vinha sendo feito, pois  
877 também estavam aí fazendo o ESUS que tinha um prazo para ser finalizado. Então, não via como desviar  
878 essa atenção dos agentes comunitários para ficar 100% no combate à dengue, mas que já tá vindo fazendo  
879 através de suas visitas, na orientação. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes comentou o  
880 impacto que causaria na APAE. Quando presidente dessa instituição pela primeira vez havia ficado feliz  
881 quando assinada a questão do teste do pezinho. Dizia que a alguns dias a APAE existiria não por conta de  
882 algumas crianças cujas deficiências poderiam ser corrigidas, como por exemplo, o hipertireoidismo  
883 congênito. Hoje via a questão voltando havendo um impacto muito grande para as instituições, a família,  
884 a sociedade, essa questão da microcefalia. As instituições, o Estado e toda a sociedade teriam que se  
885 organizar para atender essas famílias. Porém, era interessante que Cristiano levava todo um trabalho para  
886 identificação e cuidados, mas se não fosse feita a questão da educação, ficariam parecendo àquelas  
887 pessoas que salva as crianças que estão sendo afogadas e não combateriam aquilo que estava provocando  
888 e jogando as crianças dentro do rio. “Fazemos isso ou não vamos vencer essa epidemia que já vem sendo  
889 anunciada há muito tempo, na medida em que há um desmatamento, construção de novos  
890 empreendimentos imobiliários, imigrações, em que você traz uma questão de foco. São doenças  
891 decorrentes do desequilíbrio ecológico.” Salientou que o controle social tinha o dever de não só cobrar as  
892 ações, mas também fazer alguma coisa em relação à questão da educação. Disse que o controle social  
893 teria que ir além do conselho, e preparar a sociedade para esse serviço era importantíssimo. O  
894 Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza colocou que todos teriam que se organizar e super  
895 especializar de como fazer isso acontecer. Não bastava somente a questão científica e técnica envolvida.  
896 “Agora, fazer com que 417 municípios introjetem isso, planejem ações futuras imediatas, porque logo  
897 começará a estação de chuvas em alguns lugares e os vetores se proliferarem ainda mais.” Disse que lhe  
898 interessava também o que foi perguntado sobre a questão das maternidades. Cristiano havia falado que já  
899 havia planos de ações em educação em saúde, campanha. “Vocês terão que ter vários planos. Primeiro

900 essa coisa de acabar com focos de vetores. Teremos que voltar às campanhas contra o mosquito da  
901 dengue muito fortemente, mas não é só isso. Esses dias alguém me passou no whatsapp sobre a diferença  
902 entre as viroses. A Dengue, Chikungunya e Zika, isso aí também tem que ser produzida campanha  
903 maciça, até para não espalhar o pavor. Estamos fazendo terrorismo, inclusive com as gestantes, coitadas.  
904 Tem gestante que não consegue dormir pensando se está realmente com a Zika. Então, isso precisa ser  
905 aumentado, que é fazer esse gráfico sobre a diferença das viroses.” Comentou sobre a criação do  
906 protocolo de encaminhamento, em que tinha que ser socializado de todas as formas possíveis para a  
907 população. Não dava mais para fazer planejamento em saúde que a população não ficasse sabendo o que  
908 iria acontecer. E ficar sabendo desde a identificação de quem estivesse com a virose, até quais seriam os  
909 encaminhamentos, se o feto foi confirmado com ou sem microcefalia e no pós, com os recém-nascidos.  
910 Disse que o Brasil estava caminhando para a era dos vírus que juntavam, dos super vírus, das bactérias, e  
911 teria que se começar a pensar em ações de saúde mais conscientes para o futuro, pois a epidemia de  
912 crianças que estava por vir seria uma epidemia crescente de crianças com a microcefalia para o futuro, o  
913 impacto sócio econômico, nas qualidades de vida da população em geral seria terrível. “Fico pensando  
914 assim: logo, enquanto instituições de patologia, teremos que começar a organizar associações de pais e  
915 crianças afetadas pelo Zika e microcefalia. Desculpem! Sou de uma instituição de patologias e teremos  
916 que fazer campanhas nos jornais dizendo: criem associação, porque não dá. Em algum momento teremos  
917 que partir inclusive, para ações na justiça de responsabilização do poder público sobre aquilo que deveria  
918 ter feito e não fez. É aquilo que Josivaldo disse: não dá mais para ficar aguentando ver a coisa não  
919 acontecer e quem paga é a população”. O Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios colocou que foi um  
920 blefe o que fizeram com os agentes de endemias. A portaria do piso salarial que incluía tudo aquilo, e  
921 fazer a minuta não adiantaria, tinha que mandar para a tripartite para desfazer, pois tinha sido publicado  
922 como pactuado. Quando retirado o dinheiro da vigilância em cima disso havia responsabilidade, quando  
923 colocado ali que em Feira de Santana era o maior entroncamento rodoviário e a Chikungunya estava lá, a  
924 missa já estava encomendada. Disse que em reunião com o subsecretário havia sido colocada a  
925 preocupação com as maternidades de referência. Estava se falando de pacientes sindrômicos. Era pediatra  
926 há 34 anos e sabia que teria acolhimento com elas, e principalmente com essas as crianças. E não havia  
927 estrutura para receber os sindrômicos que chegavam, e tinha que haver uma preocupação com isso. “Não  
928 dá para nos omitirmos. Quando digo omissão, é aquilo que Silvino disse: se foi aprovado por uma  
929 comissão que viríamos até aqui, até para colocar o nosso contraponto, deveríamos estar presentes. É isso  
930 que defendemos, é essa postura que esse conselho tem que continuar tendo. Em que todos tenham a  
931 liberdade de colocar, inclusive isso, viu Josivaldo? Vim aqui para votar contra, mas, dizer claramente e  
932 colocar a cara. Não dá para ficarmos roendo corda mais não.” O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos  
933 Santos colocou a importância do protocolo levado ali por Cristiano para se entender do que estava se  
934 tratando. Porém, falava como se o estado da Bahia não tivesse 417 municípios, onde às vezes precisava se  
935 deslocar de um lugar para outro, levando muitas vezes dias para chegar. Entretanto, esse protocolo  
936 funcionava onde já existia toda uma estrutura que garantia esses exames e procedimentos necessários para  
937 identificar. O estado da Bahia tinha uma realidade extremamente diferente por conta da distância dos  
938 polos que ofereciam esse serviço de acompanhamento e até de identificação. Declarou que a prática era  
939 bem distante do que estava posto, do protocolo. Havia lugares em que os partos ainda eram feitos pelas  
940 próprias parteiras, então, a estrutura de saúde ainda não dava conta. Seria preciso no protocolo uma  
941 proposta de atender à população inteira. O simples dizer que fará os exames e não ter estrutura era mais  
942 penoso do que não conhecer a situação. Imaginasse uma mãe que soubesse existir meios para identificar,  
943 mas não ter o acesso a esses serviços. Então, seria penoso ela saber que existia a estrutura e ela não tinha  
944 acesso. Havia ainda as subnotificações. Coisas que aconteciam e ninguém tomava conhecimento, porque  
945 se achava natural a criança morrer com sete dias, com trinta dias, pouco mais de um ano sem saber qual a  
946 causa da morte ou da deficiência da criança. Propôs que se pudesse conhecer em outro momento um  
947 informativo sobre o local em que essas pessoas poderiam encontrar, e que esses municípios se  
948 comprometessem em fazer esse deslocamento e oferecer essa estrutura mínima, pois não bastava um  
949 hospital de polo e a mãe dormir ao relento ou não ter espaço para tomar um banho ou fazer outras coisas,  
950 sendo simplesmente para atendimento às crianças. “Então, que Cristiano venha aqui em outro momento  
951 para dar essa notícia boa, onde a família possa ter essa tranquilidade.” Conselheira Célia Maria  
952 Alexandria de Oliveira comentou sobre o cenário desolador exibido por Cristiano, onde para toda uma  
953 geração de nordestinos, brasileiros e brasileiras que nasciam com destinos fixados de deficiência. E era  
954 algo vinculado à questão da pobreza, uma vez que os maiores índices estavam nos estados do nordeste.  
955 Queria saber mais sobre a Zika, pois até então só foi descoberta a microcefalia nas crianças. E os adultos  
956 com Zika? Já há pesquisadores observando o que acontece, por exemplo, com todo o nosso sistema  
957 neurológico? “Tive Zika recentemente e depois disso tenho tido uma série de coisas que têm me chamado  
958 a atenção. Tive problemas com a gengiva e peguei uma gripe que não pegava há muito tempo.” Perguntou  
959 se havia estudos sobre a Zika no sistema imunológico do adulto. Morava em um bairro considerado nobre



960 e tinha muito lixo. Perguntou se a questão do lixo na rua era um vetor, bem como os lava a jato nas ruas.  
961 Se não estivesse enganada já havia um grupo fazendo pesquisas em Camaçari sobre esse assunto, o  
962 pessoal do Instituto de Saúde Coletiva. O Conselheiro Edson Morais de Oliveira informou que em várias  
963 reuniões, o sindicato e a FEBACS havia apresentado reivindicações antigas dos trabalhadores,  
964 culminando com a aprovação do piso atrasado anos atrás. Mas, os trabalhadores e entidades haviam  
965 apresentado uma situação que estava por se chegar e se chegou. O governo federal, o governo do Estado e  
966 a maioria dos governos municipais teria que assumir a responsabilidade. Os trabalhadores estavam reféns  
967 da desorganização dos municípios. Havia municípios que adulterava os dados e resultados dos  
968 trabalhadores, até para que se mantivessem as verbas, e aí teriam que assumir a responsabilidade. O  
969 estado da Bahia estava vivendo uma tríplice epidemia muito séria, e se via os cuidados, a apresentação  
970 dos dados, e o pior: estava se tratando do cuidado, mas na prevenção não se fez nada! Os trabalhadores  
971 estavam desassistidos nas suas bases, o piso salarial estava uma vergonha, as portarias que estavam  
972 saindo do governo federal não eram definidas, recaía para os municípios que dizia não ter dinheiro, o que  
973 resultava na situação que aí estava. “Temos que assumir a responsabilidade, o Estado pode ter um  
974 trabalho eficaz muito sério ainda, pois não assumiu de fato essa responsabilidade para ir aos municípios  
975 obrigá-los a se qualificar, cumprir a portaria do pagamento do piso e intensificar o tratamento da questão  
976 que está se vivendo hoje, como a Dengue e a Zika.” O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva  
977 declarou que o preço do cuidado é bem mais caro do que o preço da prevenção. O governo brasileiro  
978 perdeu a relação entre a entomologia e vigilância em saúde ambiental. Não faria nenhum reparo na  
979 apresentação de Cristiano, acreditava que não daria para esgotar ali, mas ele tinha que buscar enquanto  
980 estava participando da coordenação daquele projeto apresentado ali, resgatar a DIVEP através do setor de  
981 entomologia. Disse que era da DIVISA e à época era da Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental,  
982 onde havia preparado equipes de Vigilância em Saúde Ambiental, pois as doenças causadas por vetores  
983 tinham muito a ver com a relação ambiental. Portanto, não havia somente a preparação dessas unidades.  
984 Teria que haver uma intervenção no ambiente, senão não teria como controlar os mosquitos. Vinha  
985 repetindo: esses mosquitos, como o Aedes Aegypti e o transmissor da Leishmaniose haviam modificado a  
986 sua forma dentro do seu meio de vida. Tinham mais resistência, uma forma de locomoção diferenciada, e  
987 mosquitos que antes a preferência era animais, depois passou a ser pelos dois, e hoje já tinha mosquito  
988 que a preferência era o ser humano. Propôs que Cristiano buscasse resgatar a Vigilância em Saúde  
989 Ambiental na DIVISA e o setor de entomologia da DIVEP, porque não daria somente pela manutenção  
990 dessas unidades na busca do que estava acontecendo, dos casos de hidrocefalia. Se não atacasse o  
991 ambiente, outros casos de microcefalia surgiriam. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos comentou que  
992 as ações utilizadas para combater a dengue até aquele momento não foram exitosas. Havia sérios  
993 problemas que ia desde a questão ambiental, saneamento, trabalho, e a estratégias utilizadas no combate  
994 ao vetor. Isso tinha que ser revista, a fala do secretário e de Moisés eram pertinentes, no sentido de se  
995 buscar tecnologias, conhecimento, fazer uma guinada de 360 graus e buscar estratégias para que  
996 efetivamente se conseguisse vencer essa guerra. Então, não estava se discutindo o combate biológico do  
997 Aedes. Na Bahia havia a experiência do Aedes transgênico, e tinha várias alternativas sendo buscadas,  
998 como a questão da vacina, de você realmente, efetivamente combater. Como Cristiano fazia parte do  
999 grupo de controle que foi criado dentro do governo do estado da Bahia para criar conhecimento,  
1000 monitorar, informar, no sentido de manter o Conselho Estadual de Saúde semanalmente com os boletins  
1001 emitidos de casos notificados, confirmados, das estratégias que estavam sendo lançadas e dos passos que  
1002 estavam sendo dados, para que o conselho acompanhasse paripasso o que esse grupo estivesse discutindo  
1003 e os casos efetivamente oficiais registrados pelo SINASC, notificados pelos municípios, e as medidas  
1004 adotadas por esse comitê de crise, o conselho acompanhasse, bem como o dia a dia das questões que  
1005 estavam acontecendo e dos passos que estavam sendo dados. O Senhor Presidente informou que havia  
1006 participado de uma discussão sobre a microcefalia no Ministério Público, que começou às 08 horas e  
1007 terminou às 14 horas, mas Cristiano viu o sentimento ali do conselho e a participação do controle social  
1008 era muito importante. “Você vem encaminhando algumas coisas para mim através do whatsapp, e solicito  
1009 a Arão, administrador do nosso grupo de conselheiros, que adicionasse Cristiano ao grupo, pois o mesmo  
1010 estava mandando matérias muito importantes, e havia a questão de difundirmos para outros grupos.  
1011 Temos recebido bastantes informações não verdadeiras, mas, acredito que aqui sairão algumas demandas  
1012 para você, até com relação à Secretaria da Educação. Veja como é importante a participação do controle  
1013 social nessas discussões.” Havia feito um pleito ao secretário sobre a incorporação do CES no Centro de  
1014 Operações de Saúde, até porque havia uma situação ali muito clara. Relatou que havia almoçado com  
1015 uma pessoa gestante que colocou que a área de saúde do trabalhador da empresa em que trabalhava, não  
1016 tinha nenhuma informação com relação à microcefalia. Portanto, seria preciso chamar essas pessoas que  
1017 atuavam dentro da empresa, a fim de fazer uma educação permanente nas empresas do Pólo  
1018 Petroquímico, onde se tinha uma incidência muito grande de microcefalia em Camaçari, e ver os locais  
1019 que tivessem mais de 100 mil habitantes para fazer uma grande inserção, para que nos três meses essa

1020 perspectiva que se tinha do aumento de casos, se conseguisse pelo menos regressar e combater  
1021 efetivamente. O Sr. José Cristiano Soster informou que já dispunha da lista de maternidades, na sexta-  
1022 feira foi feito contato com todas as maternidades de referência secundária para verificar a disponibilidade  
1023 de exames e quais exames eram necessários ser feitos ambulatorialmente. Já havia sido informado à  
1024 SUREGS sobre a necessidade de credenciamento de serviços onde não tinha, a problemática maior era a  
1025 região norte, o superintendente da SUREGS já tinha ciência disso, e o próprio prefeito de Juazeiro já tinha  
1026 ciência da necessidade de estruturar serviços para assistir a essas gestantes. Trabalhava com a realidade, e  
1027 diferente do que Silvino havia colocado, conhecia bem a Bahia. Era diretor de atenção básica, tinha  
1028 equipes em toda a Bahia, trabalhava com apoio institucional de forma regionalizada, ou seja, tinha todo  
1029 esse conhecimento sobre a rede. Essa ação não estava sendo feita somente por uma diretoria, mas com  
1030 várias diretorias e com apoio dos núcleos. Trabalhava com muita informação concreta, não cabia mais o  
1031 *achismo*, não dava para dizer: alguém sabe quantas parteiras tem no estado da Bahia? Existia uma  
1032 pesquisa feita por uma professora que estabeleceu todo um levantamento, estão concentradas na região  
1033 centro-leste, o quantitativo de parteiras é muito pequeno, tem na Ilha de Itaparica também, mas são  
1034 poucas. Atuentes hoje se contam com menos de 20% das parteiras, ou seja, 59 parteiras. Onde  
1035 essas parteiras atuavam não era onde tinha Zika. Havia um confronto dos mapas para verificar onde  
1036 estavam acontecendo os casos, e isso estava sendo feito com muita seriedade. O problema era a região de  
1037 Salvador. 60% dos casos das gestantes que tiveram microcefalia eram de Salvador. Esse era o foco, seria  
1038 preciso usar a prioridade. Uma região que havia preocupado bastante foi Monte Santo, algo que precisava  
1039 se debruçar para estudar, pois havia um indicador que demonstrava que existia um processo de infecção  
1040 daquela população. Toda a população foi infectada, ou por Zika, Dengue ou Chikungunya, sendo que  
1041 mais por Dengue e Zika. O indicador mostrava que 50% da população teve algum tipo de doença de  
1042 arboviroses, sem falar sobre notificação. Então, teria que se estudar e ir para lá. Nasceu uma criança e  
1043 uma estava na barriga da mãe e estava acompanhando junto com a secretária de saúde. “Sabemos qual a  
1044 criança, onde ela nasceu e para onde ela precisa ser encaminhada.” Disse que já havia mapeado todos os  
1045 centros de referência e tinha inúmeros buracos, era aquilo que foi colocado pelo secretário: não havia  
1046 ainda uma rede estruturada para reabilitação e isso era um problema deles, pois não haviam discutido  
1047 reabilitação. Via muito essa cultura de trabalhar com a questão da doença, daquilo que estava vigente,  
1048 mas não se estruturava as coisas para planejar. Teria uma dívida eterna sobre isso que estava se  
1049 vivenciando, que foi causada pelo despreparo, falta de planejamento e ação da gestão, tanto em nível  
1050 municipal quanto estadual e federal, pois faltar larvicida era uma situação quase criminosa e algo muito  
1051 grave. Comungava com o pensamento de Sílvio, pois no momento em que foi convidado a participar  
1052 desse centro, primeiro para apoiar Maria Aparecida, diretora de Vigilância, que não estava ali porque  
1053 estava no centro trabalhando com o boletim que seria divulgado naquele dia, e estava apoiando muito ela.  
1054 Uma das coisas que fizeram foi pensar em resgatar aquilo que deu certo, olhar para aquilo que tinha como  
1055 experiência exitosa. Por que se ficava sempre inventando coisas, sendo que havia coisas que deu certo. Há  
1056 três anos foi estabelecida uma capacitação de pessoas multiplicadoras, com várias experiências  
1057 registradas, como Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias, pessoas voluntárias  
1058 saindo de colete inclusive, coordenadores, e tinha o cadastro de todas elas. Por que não acionar elas? Isso  
1059 é um conhecimento público, um capital de pessoas. “Sou muito mais radical na condição sobre essa  
1060 situação predatória que o capitalismo está nos impondo. Estamos em um processo de desenvolvimento  
1061 predatório, onde se existe inúmera disputa entre o setor privado e que tem uma irresponsabilidade. Falo  
1062 isso pela condição de que não foram os insetos que invadiram as nossas casas, mas nós que invadimos a  
1063 casa deles. E isso estamos fazendo com a construção civil, com o desmatamento, produção de soja.  
1064 Temos alimentos suficientes para o dobro da população mundial, mas ainda há pessoas passando fome, e  
1065 para que isso? Para queimar alimentos a fim de manter o preço estável. É isso que estamos construindo?”  
1066 Ressaltou que havia inúmeras ações relacionadas à educação, e no dia seguinte estaria com o grupo da  
1067 Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde, pois queria resgatar aquilo que a própria Diretoria de  
1068 Vigilância Epidemiológica e Ambiental já havia produzido, como cartilhas, materiais educativos, e poder  
1069 levar isso para o início do ano letivo, e poder disseminar uma cultura. Para, além disso, estaria sendo  
1070 propostas ações tecnológicas para agregar adolescentes e conseguir estabelecer um observatório das ações  
1071 que estavam sendo realizadas por gestores, e o conselho precisava ter acesso a isso. O Senhor Presidente  
1072 informou que seria feito um ofício no dia seguinte e encaminhado ao secretário, com as sugestões  
1073 colocadas ali com relação à questão da educação, a aula inaugural, levar o conhecimento dos agentes  
1074 comunitários, levando às escolas as informações pertinentes à crise do mosquito da dengue. Agradeceu a  
1075 presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a próxima reunião para o dia vinte e um de  
1076 janeiro de dois mil e dezesseis, quarta-feira, às nove horas. Não havendo mais o que tratar, eu, Arão  
1077 Capinam de Oliveira, lavei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos  
1078 senhores conselheiros, após lida e aprovada.

1079 Salvador, 21 de dezembro de 2015.

- 1080  
1081 - **Ricardo Luís Dias Mendonça** – *Presidente do CES - CUT (Central Única dos Trabalhadores) -*  
1082 *Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_  
1083 - **Arão Capinam de Oliveira** – *Secretário Executivo do CES* \_\_\_\_\_  
1084 - **Ângela Macedo Magalhães** – *Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB – Segmento de*  
1085 *Usuários* \_\_\_\_\_  
1086 - **Aroldo Luiz da Silva Bacelar** – *Ministério da Saúde – Segmento de Gestores* \_\_\_\_\_  
1087 - **Beatrix Kunz** – *Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nordeste 3 Bahia e Sergipe –*  
1088 *CNBB – Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_  
1089 - **Célia Maria Alexandria de Oliveira** – *Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho,*  
1090 *Previdência e Assistência Social do Estado da Bahia – SINDPREV – Segmento de*  
1091 *Trabalhadores* \_\_\_\_\_  
1092 - **Edson Moraes de Oliveira** – *Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças*  
1093 *Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia – Segmento de Trabalhadores* \_\_\_\_\_  
1094 - **Fabio Vilas-Boas Pinto** – *Secretária da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) – Segmento*  
1095 *Gestor* \_\_\_\_\_  
1096 - **Gislene Villas Boas Torres da Silva** – *ASAPREV (Associação dos Pensionistas e Aposentados da*  
1097 *Previdência Social na Bahia) – Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_  
1098 - **Isadora Oliveira Maia (ARCCA)** *Arte Comunicação Cultural e Acessibilidade de Pessoa com*  
1099 *Deficiência – Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_  
1100 - **Ivonildo Dourado Bastos** – *SESAB ( Secretaria da Saúde do Estado da Bahia) – Segmento de*  
1101 *Gestores* \_\_\_\_\_  
1102 - **Jorge Geraldo de Jesus Rosário** - *UGT (União Geral dos Trabalhadores) – Segmento de*  
1103 *Usuários* \_\_\_\_\_  
1104 - **José Pondé Júnior** – *Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – Segmento*  
1105 *de Gestores* \_\_\_\_\_  
1106 - **José Silvino Gonçalves dos Santos** - *CAPDEVER (Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre*  
1107 *Ezequiel) – Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_  
1108 - **Josivaldo de Jesus Gonçalves** – *SINDIACS (Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Sul da*  
1109 *Bahia) – Segmento de Trabalhadores* \_\_\_\_\_  
1110 - **Júlio César Vieira Braga** – *CREMEB (Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia) –*  
1111 *Segmento de Trabalhadores* \_\_\_\_\_  
1112 - **Lázaro Figueiredo dos Santos** - *Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de*  
1113 *Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia – Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_  
1114 - **Lourani Maria Carneiro** – *Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) – Segmento de*  
1115 *Usuários* \_\_\_\_\_  
1116 - **Maeli Gomes de Oliveira** – *Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Segmento de*  
1117 *Prestadores* \_\_\_\_\_  
1118 - **Marcos Barroso de Oliveira** – *Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da*  
1119 *Bahia (ASAPREV) – Segmento de Usuários* \_\_\_\_\_

- 1120 - **Maria do Carmo Brito de Moraes** – *Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia – SEEB* –  
1121 *Segmento de Trabalhadores*\_\_\_\_\_
- 1122 - **Maria Helena Ramos Belos** – *CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nordeste*  
1123 *3 Bahia e Sergipe – Segmento de Usuários*\_\_\_\_\_
- 1124 - **Moysés Longuinho Toniolo de Souza** – *RNP+BA – Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS*  
1125 *– Segmento de Usuários*\_\_\_\_\_
- 1126 - **Murilo Figueredo Campos de Jesus** – *Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado da*  
1127 *Bahia – Segmento Gestor*\_\_\_\_\_
- 1128 - **Raul Moreira Molina Barrios** – *Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS)* –  
1129 *Segmento Gestor*\_\_\_\_\_
- 1130 - **Roberto Lima Machado** – *SINDIACS – Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Sul da Bahia*  
1131 *– Segmento de Trabalhadores*\_\_\_\_\_
- 1132 -Ronaldo Ferreira Dias – BAHIAFARMA – Segmento  
1133 Prestador/Gestor\_\_\_\_\_
- 1134 - **Sílvio Roberto dos Anjos e Silva** – *Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia*  
1135 *(SINDSAUDE) – Segmento de Trabalhadores*\_\_\_\_\_
- 1136 - **Walney Magno de Souza** - *Associação Indígena Tupinambá de Olivença – Segmento de*  
1137 *Usuários*\_\_\_\_\_
- 1138  
1139  
1140  
1141  
1142  
1143  
1144  
1145  
1146  
1147  
1148  
1149  
1150  
1151  
1152